tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 201 • Setembro de 1985 • Cr\$ 5.000



cartas cartas cartas cartas cartas

Prezados amigos,

Cumprimento-os pela postura das edições do CEDI em face da atual conjuntura de nossas Igrejas, no Brasil e no mundo! Continuem o esforço que ajuda a caminhada de muitos!

Irmã Inês, Cong. de Nossa Senhora, Porto Alegre, RS.

Caríssimos editores,

Tive o prazer de conhecer a revista "Tempo e Presença", a qual gostei muito.

Faço parte de um grupo de jovens e tenho a certeza de que a revista nos vai ser muito útil.

leda Neves de Souza, Leopoldina, MG.

Prezado senhor,

A revista "Tempo e Presença" despertou-me grande interesse, visto a linha de assuntos que traz e que pode ser de grande auxílio para o trabalho pastoral de base que estou iniciando em Canudos, na Bahia.

Irmã Jacinta Bin, Canudos, BA.

Prezados amigos,

A revista "Tempo e Presença" é mais um instrumento para ajudar a clarear nossas mentes, a fim de que possamos ser uma presença libertadora neste mundo ainda tão cheio de mentiras, trevas, dominação, que maltratam e aprisionam as consciências dos sofridos.

Ir. M.ª de Lourdes Heineck, Milhã, CE.

Saudações,

Tenho lido bastante a "Tempo e Presença". Agradeço a Deus pelo que os senhores estão fazendo. É um grupo fantástico.

> Pe. Jerônimo Gasques, Presidente Prudente, SP.

Queridos irmãos.

Sou um seminarista argentino e vivo e estudo em Buenos
Aires. Por meio de uma pessoa
amiga, pude ter acesso a um
número da revista "Tempo e
Presença", que vocês publicam. Me alegrou muito saber
de gente que pensa e vive a fé
como vocês...

Quero felicita-los e alentalos em minhas orações para que prossigam com sua tarefa de difusão massiva de uma mensagem de libertação que tanta falta faz nesta sofrida América Latina.

> Martin Federico Giambroni, Buenos Aires, Argentina.

Prezados senhores,

Sou leitor atento da revista "Tempo e Presença", cuja abertura é bem apreciada. O movimento ecumênico é muito lento no nosso meio. Mas a boa semente produzirá — e já está produzindo — frutos e paz.

Dom José Cornelis, Bispo Diocesano, Alagoinhas, BA.

Prezados senhores,

A hora é decisiva e toda omissão é fatal. É preciso falar claramente do mau uso que os detentores do poder dentro da igreja estão fazendo dele. A história é velha, mas eles são muito sabidos e mudam sempre de tática. É preciso desmascará-los. Vocês estão falando muito claro. Parabéns.

Pe. Pedro Lapo, Juazeiro do Norte, CE.

Ao CEDI.

Rogo a Deus que os abençoe nessa importante missão que é a de levar a boa leitura - crítica e honesta - a todos.

Fr. José Inácio F. Granado, Birigui, SP.

Olá,

Venho pedir informações sobre uma publicação da revista "Tempo e Presença", do CEDI: "Um Processo de Ataques Contra a Igreja Que Nasce do Povo". Eu entendi a mensagem, quer dizer, 70% somente.

Levanto algumas questões: qual é a posição da CNBB diante da Teologia da Libertação? Onde se encontra atualmente o teólogo Leonardo Boff? E, mais detalhado, qual o estágio atual da liberdade de expressão e reflexão teológica.

Gostaria também que colocassem a Teologia da Libertação com mais esclarecimentos, pois sou a vicecoordenadora da Paróquia de Cristo Redentor daqui de Campo Grande e já ouvi e sempre ouço falar nela, só que ninguém esclarece o assunto.

Talvez vocês se perguntem como é que eu não sei de um assunto tão comentado? Bom, é que eu tenho 15 anos, sou catequista há um ano e meio e assumi a vice-coordenação no começo de 1985 e só neste ano é que houve uma "miniabertura" na nossa comunidade e que se começou a falar da famosa Teologia da Libertação, e mesmo assim falando baixo.

Elizabeth Bento, Campo Grande, MS. Prezados companheiros.

Sou admiradora dos trabalhos por vocês produzidos. Têm servido muito para nossas reflexões com os grupos comunitários.

Miriam F. de Mendonça, Diamantina, MG.

Prezados senhores,

Venho manifestar meus aplausos pelo trabalho de conscientização de nossos males sociais e do mundo em geral.

> José Augusto A. Laranjeira, São João da Boa Vista, SP.

Ao CEDI

Desejo para os senhores um bom trabalho e um serviço cada vez mais eficiente em prol da construção de um "novo céu e de uma nova terra".

Pe. Luis Tonetto, Senhor do Bonfim, BA.

Aos amigos do CEDI.

Tanto a revista "Tempo e Presença" como o boletim "Aconteceu" estão sendo de grande utilidade nos nossos trabalhos de educação popular e de informar os acontecidos e na animação da Fé.

Alcides Tres, Tauá, CE.

Prezados Senhores,

Meus cumprimentos pelo excelente trabalho que vêm realizando. Que Deus os ilumine sempre.

Marta Ribeiro Costa, Lavras, MG.

Prezado Senhores,

. Agradeço o trabalho de vocês na edição dessa revista que tanto nos ajuda nesse trabalho em meio aos marginalizados.

Hermínia Freire de Almeida, Cajá, PB.

Amigos,

Em nosso sertão isolado, temos muita necessidade da revista. Parabéns pelo "ar", ou melhor, pelo "vento" que nos traz a cada mês. É bom e nos dá alento. Vivendo no chão bruto e conflitivo do sertão, a luta dos irmãos, a reflexão sólida, o respiro das igrejas nos impulsiona.

Ana Ray, Utinga, BA.

Caros amigos,

A revista "Tempo e Presença" tem um conteúdo atual e sintético, de grande valor para os trabalhos que realizo.

> Pe. José Soares Teixeira, Fortaleza, CE.

tempo e presença

Revista mensal do CEDI Número 201 Setembro de 1985

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos Telefone: 205-5197 22241 — Rio de Janeiro — RJ

Av. Higienópolis, 983 Telefone: 66-7273 01238 — São Paulo — SP

Conselho Editorial Aloizio Mercadante Oliva, Jether Pereira Ramalho, José Oscar Beozzo, Rubem Alves, Zwinglio Mota Dias.

Editores Dermi Azevedo José Ricardo Ramalho

Jornalista Responsável
Dermi Azevedo — Reg. Prof.
n.º 239

Edição Gráfica Sérgio Alli

Diagramação Marco Antonio Teixeira

Sagarana Editora Ltda. Av. Nazarė Paulista, 146 sala 4 05448 — São Paulo — SP

Composição e Impressão Cia. Editora Joruês

Nota: As fotos da matéria "A violência na greve do ABC", publicada no nº 199, são de autoria de Fernando A. Rodrigues.

Ilustração de capa: Edgar de Souza

Preço do exemplar avulso: Cr\$ 5.000

editorial

ÍNDICE

Racismo e Opressão 4 TEOLOGIA E CULTURA NEGRA Marcos Rodrigues da Silva

7 AS LIGAÇÕES DO CAPITALISMO E O "APARTHEID" NA ÁFRICA DO SUL Programa de Combate ao Racismo

do CMI

Dívida Externa
11 A DÍVIDA EXTERNA NA
AMÉRICA LATINA E CARIBE;
DESAFIO PARA TODOS NÓS
Lether Pareira Pareira

Jether Pereira Ramalho 14 CMI DENUNCIA FOME E DÍVIDA EXTERNA

Tânia Krutska

América Central
16 NA NICARÁGUA, O JEJUM
PELA PAZ E PELA VIDA
D. Paulo Evaristo Arns
17 AÇÃO LATINO-AMERICANA,
UMA NOVA ARTICULAÇÃO
Dermi Azevedo

Brasil

18 JOVENS LUTERANOS DEBATEM FOME NO NORDESTE Edelberto Beske 22 ASSEMBLÉIA DO CIMI APROFUNDA COMPROMISSOS 23 CPT REAFIRMA LINHAS DE AÇÃO 24 EZEQUIEL RAMIN, MÁRTIR

Constituinte

25 A CONSTITUINTE E A BÍBLIA 26 OS EVANGÉLICOS E A CONSTITUINTE

Rubem Alves 27 DESEJOS ESQUECIDOS

CEDI 28 AVALIAÇÃO NO CEDI

Bíblia Hoje 29 CARTA AO IRMÃO JÓ *Elsa Tamez*

Livros 30 POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/1984 ZUMBI 31 BRASIL NUNCA MAIS

Poema 32 INVENTAR O FOGO Pedro Tierra

Racismo e opressão

O tema central desta edição é o da atitude pastoral diante da questão do racismo e da opressão contra os negros. A urgência e a oportunidade dessa discussão dispensam maiores argumentos: por um lado, a conversão dos cristãos latinosamericanos à causa dos oprimidos (e o negro está entre os mais esmagados entre os empobrecidos) é um processo que deve ser aprofundado e buscado sempre mais; por outro, o mundo acompanha, passo a passo, a opressão que o Reich sul-africano impõe aos negros e demais pessoas de outras raças, numa vergonhosa escalada que inclui, até mesmo, a repressão aos sepultamentos das vítimas do "apartheid".

Um esforço muito significativo no diálogo entre Teologia e cultura negra vem sendo feito pela Associação Ecumênica de Teologia do Terceiro Mundo e pela CEHILA (Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina). De forma interdisciplinar, reunindo as contribuições das ciências sociais e da caminhada de fé, esses cientistas e os representantes de movimentos negros vêm procurando os caminhos para que, nas igrejas, todos se irmanem, na mesma luta pela libertação e para que os cristãos sejam os primeiros a dar testemunho de que "em um só Espírito e em um só corpo fomos todos nós batizados" (Paulo aos Corintios, 12, 13).

Neste esforço de conversão, insistimos, todos devemos engajarnos, substituindo atitudes e práticas etnocentristas e discriminatórias por comportamentos e ações dialógicos, fraternos, comungantes. Neste sentido, estaremos realizando aquilo que caracteriza a missão do cristão: evangelizar, isto é, anunciar Jesus Cristo Libertador. Começando ao nosso redor, assumiremos o compromisso de denunciar as manifestações de opressão contra

todos os homens e mulheres e, de modo particular, aquelas que atingem mais especificamente os negros. São eles, sempre, as primeiras vítimas da repressão policial, os primeiros suspeitos, os mais marcados pela hipocrisia de nossa pseudodemocracia racial.

No horizonte mais amplo do mundo, chegaremos ao Haiti, a pátria onde continua dominando o regime cruel e sangüinário dos Duvalier, com amparo do "cristão" Ronald Reagan. Chega do Haiti um clamor fortíssimo, nem sempre ouvido por nós, nas demais nações da América Latina. Na África, assumiremos, como nossa, a causa do povo negro sul-africano, este povo de Nelson Mandela e Desmond Tutu, Allan Boesak e Denis Hurley, de Sharpeville e Soweto. Denunciaremos a hipocrisia das grandes potências capitalistas que condenam o "apartheid" no discurso e mantêm seus negócios com Pretória, objetivamente ajudando na continuidade do sistema opressivo.

É oportuno lembrar o apelo feito, em 1980, no Rio de Janeiro, pelas Igrejas Evangélicas que participavam de uma consulta sobre evangelização: com humildade, caridade e firmeza, os pastores propunham "a toda sociedade brasileira, e aos cristãos em particular, a consideração séria e urgente do problema do racismo antinegro, como um problema que afeta diariamente milhões de brasileiros descendentes de antepassados africanos e que interessa à justiça, à paz social e à consciência cristã".

Eles também convocavam "todos os setores da sociedade brasileira para o combate ao racismo anti-negro, começando na linguagem, na atitude e no comportamento individual, estendendo-se ao trabalho, ao lazer público, aos serviços, à moradia, ao convívio social, aos textos escolares, aos meios de comunicação de massa, até à rejeição completa de toda uma herança social e cultural racista".

Teologia e Cultura Negra

Diversos segmentos da comunidade negra, da América Central, Caribe e América Latina, participaram de uma consulta em torno do tema "Teologia e Cultura Negra", promovido pela Associação de Teólogos do Terceiro Mundo. Reflexões em torno das lutas de resistência que se prolongam desde a chegada dos povos negros na América e a dimensão teológica dessas lutas, trouxeram, nessa semana de debates, enriquecimentos profundos.

Marcos Rodrigues da Silva

Regional Latino-americano da Associação de Teólogos do Terceiro Mundo, tomando consciência da importância do conhecimento da realidade em que vive o povo negro na América e suas expressões religiosas, assim como constatando a grave carência na reflexão teológica latino-americana, que não se ocupou jamais dos valores que estão dentro da realidade do povo negro, planejou a realização de um programa de consulta e reflexão sobre a relação entre cultura e teologia, a partir do povo negro.

A consulta de Teologia e Cultura Negra se realizou de 8 a 12 de julho, em Nova Iguaçu, RJ. Participaram desta Consulta pessoas do mundo negro, que já têm dentro dos seus trabalhos teóricos e práticos a preocupação sobre o novo modo de pensar e expressar a teologia e as ciências do social na América Latina.

A presença foi bastante representativa, contando com a participação de representantes do Haiti, República Dominicana, Panamá, Guiana Holandesa, Espanha, Costa Rica e Brasil, que esteve representado por militantes da comunidade negra das diversas partes do país.

Apesar da pouca produção até agora elaborada, no campo da teologia, surgirão várias contribuições que garantirão, em breve, o enriquecimento deste tema ainda desconhecido para muitos, na reflexão teológica.

A IDENTIDADE DO NEGRO

A identidade do negro, no contexto latino-americano, é vital para sua retomada, dentro das diversas formas de lutas que no momento estão sendo travadas, para sua valorização numa sociedade que sempre o considerou "marginal" ou "rebelde".

A consciência desta forma injusta de conceber a sua presença na sociedade, exige do negro a união de todas as forças que possuem na busca da sua identidade. O que se constatou é que o estado de alienação desta consciência é variada de país para país, visto que fatores locais impedem a identificação do negro com o seu próprio ser negro. Neste contexto, aparecem fatores que poderíamos chamar de contingentes, numa visão opressora, mas que se ressaltam como denúncia da realidade social na qual o negro vive: o racismo, o discurso da democracia racial (que encobre formas sempre mais requintadas de se exercer o racismo pelos centros de poder), a religião, a política, a economia etc...

A característica predominante da América, desde o Caribe até o mais extremo deste continente é pluriétnica e a realidade pluricultural é o que se verifica com predominância. Por outro lado, não se pode conceber esta América sem a presença marcante da cultura negra, na sua especificidade. Esta cultura está manifestada, na sua quantidade e qualidade, em áreas bem definidas, as quais não se pode ignorar.

AS FORMAS DE RESISTÊNCIA NEGRA

A resistência é um dado na história do continente latino-americano, Centro-América e Caribe e marca a persistência da presença do povo negro. Esta presença está garantida através das suas formas de resistência que sempre o identificou, dentro dos contextos sociais em que vive. Deste meio surgem questões, diante da pluralidade de formas de resistência que foram usadas pelos povos negros. Mas um

fato é comum, isto é, a tomada de consciência de que somente mantendo seus modos de vida à luz dos ancestrais, poderão manter-se firmes diante de uma sociedade discriminadora e opressora.

O grande núcleo de manutenção destas resistências históricas está nos cultos afros, em suas práticas religiosas marcadas pelas presenças de todos os ancestrais que trazem permanentemente as imagens das lutas passadas. Nessas comunidades religiosas existem: uma relação com o poder dos ancestrais; a dimensão de espiritualidade do negro; a relação com as forcas da natureza: o sentido de vida em comum; a partilha a nível de igualdade e a intercessão entre um Deus Supremo e os homens, através de entidades que correspondem aos grandes lutadores da consciência de ser negro, num período de martírio permanente.

E fato que participando deste modo de viver negro, a concepção de sociedade torna-se mais comunitária e socializada. Talvez seja essa uma das mais fortes possibilidades do negro, enquanto negro, recuperar sua identidade negra e buscar o fortalecimento da sua luta de resistência. E as comunidades religiosas, originárias de uma experiência cristã, quais são seus caminhos de libertação? Num primeiro momento torna-se quase impossível detectar caminhos de libertação, quando se constata uma forma de evangelização de manutenção de uma sociedade que tinha como propósito manter o negro sob seus domínios. Mas tomando a análise a partir da ótica negra, percebe-se que neste momento se poderia também criar espaço de contestações, mesmo que muitas vezes, essas formas contestatórias fossem absorvidas como puro ato de folclore pela sociedade branca. O que ocorria era uma situação de protesto permanente, mesmo que no silêncio ou através de orações profundamente marcadas pela fé e esperança da transformação daquele modo de vida. Práticas como a dos congadeiros, e outras mais de-



monstram a teimosia negra de cultuar os santos a seu modo e no seu ritmo.

AS EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS

Podemos sintetizar as experiências históricas destes povos negros em três momentos: a escravidão, o colonialismo e as formas de resistência permanentes.

Essas formas de opressão têm suas expressões marcadas nos rostos de milhões de negros e indígenas, mas ao povo negro recaem algumas formas específicas de conceber este processo de opressão. No caso da escravidão alguns elementos básicos foram fortemente eliminados da consciência do povo negro escravo: negação de sua história; negação da sua cultura; negação da sua própria personalidade; negação do seu valor estético; e a negação da sua capacidade intelectual.

Os resultados de todos estes preconceitos infundidos dentro da consciência negra, deste povo escravo, foram profundamente enraizados: no contexto social surge a introdução do sexismo; nas famílias negras suas formas próprias de organização são destruídas. Enfim, foram criados os instrumentos de dominação e destruição completa!

O colonialismo surge como fruto de uma árvore já fortalecida em seus fundamentos — trata-se de manter o povo negro à margem da sociedade que vai se formando. Do servilismo escravagista, aparecem agora o emprego, sob a dominação de senhores feudais e, conseqüentemente, dentro do mundo capitalista, o trabalho assalariado.

Nas formas de resistência, consideramos as práticas religiosas como as mais importantes, pela sua permanente luta para a manutenção dos costumes e práticas, respeitando assim seus ancestrais e as origens étnicas africanizadas.

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Com o processo abolicionista, o discurso da participação democrática das classes oligárquicas, até então usando métodos de dominação, passam a considerar as classes oprimidas (negros e indígenas) através de um discurso de participação democrática. Neste momento histórico essas "minorias" são convidadas a integrarem o contexto social, pois está surgindo um processo de "democracia racial", ou melhor, uma sociedade de todos, para todos.

Esta relação de poder democratizado surge como um fenômeno demagó-



gico e sensacionalista. O que surge realmente são novas táticas, muito mais filtradas, de discriminação.

A partir desta forma de experiência democrática, podemos detectar um discurso típico da "democracia racial" estabelecida.

A "democracia racial" tem como ponto de interesse manter o povo negro submisso às grandes decisões que legitimam os eixos de poder, hoje estabelecidos. Algumas questões se tornam camufladas, ou ainda, escamoteadas num discurso demagógico, onde se apresenta a realidade em que todos estão aparentemente decidindo ou, até mesmo, participando. O que se constata é que mantendo este estado de relação e introjetando uma imagem de "permanente submissão" ao negro. este jamais se sentirá capaz para tais poderes mesmo estando num estado de "democracia racial".

Portanto, é fundamental a luta pela tranformação desta sociedade, que envolva todas as classes e categorias oprimidas superando, assim, estes instrumentos de opressão que massacram aqueles que, apesar de serem maioria, ainda não se perceberam bastante fortes para fazer a história ser

contada com outras características e experiências.

A REALIDADE DA MULHER NEGRA

Ao recordar o período escravagista, encontramos na mulher negra sinal de objeto sustentador da sociedade feudal e patriarcal. Nela se radicaliza a sustentação do machismo, fundamentado no direito de posse e de obediência aos mandatos dos senhores. Sem absolver a mulher branca, que transportava sobre os ombros da mulher negra seus rancores de submissão, utilizando de formas diversas a força da mucama, da criada dos sobrados etc...

Pós-período escravagista, na "aurora da liberdade", a mulher negra tornase responsável pela manutenção da
sua família e da comunidade. Sobre
seus ombros recai o peso da educação, da moral e quando não, de manter
a subsistência de toda a família. É o
penhor que paga a família negra diante
da "liberdade conquistada": "o homem negro ficou sem condições de
prover o sustento da família". É na mulher negra que as forças se redobram e
tornam-a mais forte.

Nos dias atuais a história não mudou, mas a mulher negra e a mulata, agora rotulada como "mulata profissional", continuam a enfrentar as barreiras criadas pelo preconceito racial. Na competição pelo trabalho de cada dia etc... Quando a mulher negra consegue uma escolaridade maior ou treinamento efetivo de suas capacidades e tenta uma colocação como comerciária imediatamente, surge o problema do preconceito. Todos os anúncios se referem sempre a jovens de boa aparência ou pedem fotos, fazendo assim uma filtragem nas atividades mais categorizadas, de mulheres negras.

Várias situações determinam o processo de discriminação que sofre a mulher negra na vida comunitária. Um primeiro dado é o próprio sistema capitalista, que explora a mulher negra em todos seus valores mais essenciais. Como contribuidora na força de traba-Iho, a mulher negra sofre uma dupla discriminação, tanto no campo, como na cidade. No setor agrícola, surge o percentual de 60% das mulheres negras que participam da força de trabalho considerada de baixo escalão, devido a sua condição racial e sexual. O mesmo acontece no meio urbano, onde somente 37% das mulheres negras trabalham com carteira profissional assinada, correndo assim a grande maioria os perigos e riscos da insegurança no trabalho.

Outro dado que deve ser considerado como ponto de discriminação progressiva é da mulher negra ser vítima do machismo do homem negro, que sofre todos os condicionamentos de uma sociedade racista e machista, levandoo a absorver os mesmos valores e o comportamento do homem branco, em relação à mulher negra.

Um valor permanente nas formas de resistência da mulher que vive nas lutas populares, está na sua participação no mundo da religião. A parte as críticas que poderemos ter aos métodos apilicados pelas igrejas oficiais, que submetem a mulher sempre a tarefa de serviço constante, na religião popular a presença da mulher se dá desde a presidência do culto, aos diversos ministérios que lhe são outorgados e exercidos com o maior respeito. Nos cultos afros a presença da mulher é fundamental para a transmissão da história do povo negro, sua mística de resistência aos diversos sistemas implantados, suas táticas de persistência às opressões que sutilmente são passados pelos meios de comunicação social. Enfim, a presença da mulher no contexto da religião é fundamental para todo este novo modo de conceber as práticas de consciência de luta permanente e capaz de levar a um novo modo de ser negro, numa sociedade que não o reconhece dentro da sua própria cultura e vida espiritual.

OS TEMAS DA CONSULTA

Os pontos acima foram resultados das discussões que abordaram temas profundamente questionadores para a nova fase que está vivendo a prática da Igreja, à luz das práticas de libertação que surgem deste povo oprimido. Diante disto, é urgente que se volte os olhares para às realidades étnicas e culturais Latino-Americanas, Centro-América e Caribe, seus anseios e lutas.

Foram aprofundados os seguintes temas: "Panorama geral nas Américas", "Religião na América Latina como instrumento de resistência ou luta de poderes religiosos?", "As religiões afro-americanas nas lutas atuais de libertação", "Cultura e religião do negro (sincretismo)", "Identidade de Deus / Sagrado nas práticas das comunidades negras", "Desmascaramento dos mecanismos ideológicos de dominação do negro: o racismo na vida da Igreia: o racismo na teologia: o negro na organização escravagista: a denúncia da justificação teológica da escravidão"; "Situação e os problemas da família negra na América Latina". O resultado foi um conhecimento profundo de diversas situações que vive o povo negro desde o Caribe, passando pela América Central e Latina.

O NEGRO E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

O método da teologia da libertação tem como prioridade pensar o Deus Libertador, a partir das realidades que emergem das classes oprimidas da América Latina, especialmente. Esse fato, leva a reconhecer dentro do pensamento teológico que, hoje, é justiça dar ao sujeito histórico (o pobre) seu direito de falar e escrever sua própria história.

Quando se fala do povo negro e das suas diversas maneiras de sobreviver, surgem elementos que deverão ser refletidos com mais seriedade. Por isso será urgente pensar um novo modo de conceber a vivência familiar, em que sejam respeitados seus laços de unidade e a tradição legados do modo de vida dos antepassados. Cabe ao teólogo, hoje, escutar os anseios que perspassam o modo de ver o mundo do povo negro; sua maneira própria de relatar a história passada e presente. Não bastará a teologia da libertação traduzir essas constatações em relatos de denúncia e martírio de um povo. Terá a

teologia o papel fundamental de ser o momento de recuperar a imagem do Deus-Negro que sempre esteve nas expressões de vida e do espírito de resistência deste povo negro.

A estes e a tantos outros sinais de significação será essencial para a libertação deste povo que o teólogo esteja presente e ouvindo a história deste povo negro. Isto é novo, é projeto de libertação. Da libertação que está crescendo todo dia com a consciência deste povo negro.

CONCLUSÕES

A realização da Consulta de Teologia e Cultura Negra é o primeiro passo para o conhecimento dos mistérios do povo negro latino-americano, centro-américa e caribenho, como sinal de um respeito e valor. Quando se cosegue com pleno êxito reunir teólogos negros e brancos, católicos protestantes, pastores, padres, representantes do Vodu e do Candomblé, trata-se do surgimento do sinal de um novo tempo para a teologia. Não foi um simples encontro de intelectuais religiosos, cientistas sociais etc., mas um momento de reavaliação de métodos de leituras históricas, da consciência de ser um povo negro oprimido e, sua forma de resistência, até os dias de hoie.

Foram momentos privilegiados de reconhecimento das limitações, como também de se apresentarem todos os progressos até então conseguidos.

As consequências de uma Consulta sobre Cultura e Teologia à luz do povo negro não são marcadas somente por relatórios e um documento final, mas seu sucesso está no compromisso dos participantes de levarem avante o estudo de todos os questionamentos que surgiram. De fato, o que mais se fixou foram os descobrimentos de tantas novidades que o povo negro mantém nas suas práticas. Será mister um crescimento e aprofundamento da teologia no sentido de ser negro neste continente afro-americano. A teologia da Libertação quando se volta para o mundo do pobre se encontrará sempre com uma grande massa da negritude oprimida deste continente.

O novo método de leitura teológica que está surgindo das práticas de lutas do povo negro deverá ter presente os pensamentos e a prática da comunidade negra, seus sacerdotes, seus líderes de terreiros, sua cultura.

Marcos Rodrigues da Silva é membro oa comunidade negra e estudante de Pós-Graduação em Teologia Dogmática.



As ligações do capitalismo com o "apartheid" na África do Sul

O racismo contra os negros na África do Sul tem escandalizado o mundo nessas últimas semanas. Dezenas de mortos em choques com o exército e a polícia, centenas de presos e a reafirmação cada dia mais sangrenta do regime do "apartheid". Desde o Prêmio Nobel da Paz, o bispo Desmond Tutu, passando pelo reverendo Allan Boesak, presidente da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas, até o líder político Nelson Mandela (preso há 20 anos), todos clamam e lutam pelo fim da segregação e do massacre às populações negras. O texto que estamos publicando a seguir trata de uma questão muitas vezes esquecida quando nos referimos à África do Sul: as ligações econômicas para a manutenção deste regime. Saiu originalmente no boletim PCR Information nº 17, do Programa de Combate ao Racismo do Conselho Mundial de Igrejas e apresenta de forma evidente os motivos pelos quais com toda a pressão da opinião pública internacional os governos dos países capitalistas desenvolvidos (EUA e Europa Ocidental) permanecem tímidos na condenação do "apartheid".

mbora o "apartheid" seja universalmente condenado, as companhias transnacionais e outros grupos. que representam interesses econômicos, continuam a tirar proveito de suas ligações econômicas com o regime do . "apartheid". Através de ligações econômicas externas, a economia branca da África do Sul recebe capital, tecnologia sofisticada, petróleo e outros bens vitais. O opressivo regime racista criou um clima ideal para investidores estrangeiros, proporcionando-lhes vantajosos incentivos e utilizando as "homeiands" como reservatórios de mão-de-obra negra de baixo custo. C Departamento de Comércio dos Estados Unidos registrou em 1979 uma ta xa média de lucros de 18% sobre o capital americano investido na África do Sul, enquanto essa mesma taxa foi de cerca de 13% nas economias desen-



volvidas e de 14% nos chamados países em desenvolvimento.

As companhias transnacionais não procuram apenas lucros elevados: sua principal preocupação é a estabilidade política de um país, a médio e a longo prazo, para salvaguarda de seus investimentos. A estabilidade a médio prazo é avaliada anualmente pelo Índice de Risco Ambiental para Negócios (Business Environment Risk Index), elaborado na Suíça. No início de 1982, a África do Sul foi listada no 12º lugar, antes do Reino Unido (14º) e da França (20º).

Esses dois fatores - altos lucros e baixos riscos para os investimentos - têm estimulado enormemente os investimentos na África do Sul.

As companhias transnacionais atuam em setores estratégicos da economia sul-africana: petróleo e carvão, ferro e aço, produtos químicos, tecnologia nuclear, transporte e eletricidade. Ao mesmo tempo, fornecem suprimentos estratégicos às forças repressoras do país: polícia, exército, marinha, aeronáutica e departamentos do governo, empenhados em impor o regi-

me racista do "apartheid". As companhias estrangeiras são, portanto coresponsáveis pela opressão interna da maioria negra e a agressão externa da África do Sul às nações vizinhas.

As atividades das companhias transnacionais na África do Sul também têm seu impacto sobre a política externa dos países-sede dessas companhias. Em virtude da interdependência que elas criam, os países-sede relutam em tomar medidas contra a África do Sul, que possam pôr em perigo os interesses das "suas" companhias.

Os que propõem ligações econômicas com a África do Sul argumentam que essas ligações oferecem a possibilidade de influenciar o regime branco de forma positiva. A política de "compromisso construtivo" do governo Reagan funda-se nessa idéia. Além disso, os autores dessa proposta afirmam que os investimentos estrangeiros melhoram as condições dos negros na África do Sul e que os negros, portanto, desejam esses investimentos. De acordo com esse ponto de vista, os negros se beneficiariam especialmente

com as ligações econômicas externas, se as companhias transnacionais aplicassem os chamados códigos de conduta, que estabelecem padrões de salários e condições sociais. A crença de que o crescimento econômico e os laços econômicos externos poriam um fim ao "apartheid" é desmentida pelos fatos. (...)

Os investimentos estrangeiros na África do Sul estão, em geral, concentrados na área do capital: criam-se relativamente poucos empregos, em comparação com o grande volume de capital investido. Apenas um número muito pequeno de negros consegue emprego em companhias estrangeiras e os códigos de conduta só se aplicam e esses poucos negros. Esses códigos de conduta têm sido severamente criticados, já que não contestam o sistema do "apartheid" de nenhuma forma significativa. Eles não exigem a abolição do trabalho migratório forçado e as odiadas leis do passe, não fazem exigências de direitos políticos para os negros e ignoram o fato de que o empobrecimento dos negros é produto de uma estrutura iuridica estabelecida para manter o poder absoluto da minoria branca. Em vez disso, os códigos de conduta afastam a discussão da questão fundamental que é a forma pela qual os investimentos estrangeiros fortalecem o "apartheid" (...)

Como diz o Bispo Desmond Tutu: "Tudo é meramente superficial e só para disfarçar. São migalhas de concessão que caíram da mesa do dono. Não queremos essas migalhas. Queremos sentar à mesa e escolher o menu juntos. Não queremos que o "apartheid" se torne mais confortável, como seria o caso, suponho, com a aplicação dos Códigos de Conduta" (...)

Vistos sob esse enfoque, as ligacões econômicas com a África do Sul e o "compromisso construtivo" tornamse um compromisso destrutivo, que fortalece a posição da minoria branca e do sistema de "apartheid". Embora o "apartheid" só possa ser abolido por forças dentro da África do Sul, o rompimento das ligações econômicas poderia estimular mudanças significativas e fundamentais na África do Sul. É por essa razão que o número de vozes que clamam pela retirada dos investimentos estrangeiros e o rompimento das ligações econômicas tem aumentado nas últimas décadas.

VOZES A FAVOR DA RETIRADA DOS INVESTIMENTOS

Dentro da África do Sul, é crime de terrorismo apelar a companhias estrangeiras para que retirem seus investimentos. Esse "crime" pode ser punido com um mínimo de cinco anos de prisão. Apesar dessas penas, várias pessoas na África do Sul têm levantado suas vozes para pedir a retirada dos investimentos e sanções econômicas. Já em 1964, o Chefe Albert J. Luthuli, o já falecido presidente do Congresso Nacional Africano e ganhador do Prêmio Nobel, declarou: "Apelo aos aliados mais fortes da África do Sul: a Inglaterra e os Estados Unidos. Em nome do que acreditamos que a Inglaterra e o Estados Unidos representam. Apelo a essas duas poderosas nações para que ajam decididamente no sentido de impor sanções em escala total, que precipitem o fim do odioso sistema do 'apartheid' ". Steve Biko, líder do Movimento de Consciência Negra, repetiu esse apelo em 1976, ao dizer: "Se Washington estivesse realmente interessada em contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade justa na África do Sul, não estimularia os investimentos no país. Nós, os negros, estamos perfeitamente dispostos a sofrer as consegüências! Estamos mais do que habituados ao sofrimento". Finalmente, em 1981, o Bispo Desmond Tutu. Secretário Geral do Conselho Sul Africano de Igrejas, declarou: "Os que investem na África do Sul devem fazêlo, por favor, com os olhos abertos. Não devem iludir-se, pensando que estão fazendo alguma coisa em benefício dos negros. Por favor, permitam pelo

Uma situação insustentável

D ia após dia, novas mortes. A polícia sulafricaná assassina fria e indiscriminadamente homens, mulheres, velhos e crianças. Pessoas desarmadas. Na maior parte das vezes atingidas pelas costas. E a cada enterro, a presença sangrenta da polícia dos brancos: novas mortes.

A chacina contra o povo negro da África do Sul tem sido a resposta do governo de minoria branca à onda de protestos iniciada em setembro de 1984. A política de segregação racial e brutal repressão agravou-se ainda mais a partir de 21 de julho deste ano, quando o governo decretou estado de emergência em 36 distritos negros. Desde essa data ocorrem, segundo a revista sul-africana "Mail", cerca de quatro assassinatos e 123 prisões por dia. A imprensa contabiliza, nos últimos doze meses, mais de 650 vítimas fatais da violência racial.

Mesmo diante desse quadro de terror, a maioria negra não dá mostras de recuar nessa que poderá ser a luta final contra o racismo e a segregação em seu país. As lideranças negras têm qualificado a situação de "insustentável", ao mesmo tempo em que enviam incessantes apelos aos países ricos para que imponham sanções econômicas à África do Sul. Até as lideranças tidas como moderadas já desacreditam na possibilidade de se encontrar alguma solução negociada e só não se manifestam abertamente a favor da luta armada contra o governo por temerem uma ampliação da tragédia. O arcebispo anglicano Desmond Tutu, prêmio Nobel da Paz em 1984, reconheceu recentemente que as chances de se conquistar o fim do apartheid por vias pacíficas são "virtualmente nulas".

O governo da minoria branca permanece irredutível, apesar do crescimento da revolta e da ampliação das pressões por parte de alguns países, principalmente da Europa. O gover-

no brasileiro anunciou, no dia 9 de agosto, a proibição da venda de armas, petróleo e derivados à África do Sul. Por outro lado, o governo sul-africano encontra, em sua intransigência, fortes aliados. Os Estados Unidos, Israel, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental continuam se posicionando contra a adoção de sanções econômicas à África do Sul. Não é para menos: existem profundos compromissos dos governos desses países com o governo segregacionista. Como exemplo, vale lembrar que a Africa do Sul é o principal fornecedor de matéria-prima para os armamentos nucleares dos Estados Unidos. Por isso a política norte-americana de "compromisso construtivo" com o governo racista, que promove um dos mais terríveis atentados contra a humanidade já vistos nesta parte do planeta, que Reagan e seus seguidores insistem em chamar de "mundo livre".

(S.A.)



menos que nos livremos dessa farsa. Eles devem entender que estão apoiando um dos regimes mais perversos desde o nazismo. Pelo menos, devem saber que é isso que estão fazendo. É isso que os negros sentem. É por isso que os negros se sentiram abandonados, quando uma importante denominação religiosa deste país (o Reino Unido) pareceu relutante em sua atividade com relação ao que chamo de pressão econômica. Nós nos sentimos terrivelmente abandonados." (...)

ATOS DE RETIRADA

Os apelos internacionais pela retirada dos investimentos têm sido acompanhados por ações de numerosas organizações e instituições contra as ligações econômicas com a África do Sul. As igrejas e as congregações na América do Norte, Europa e Austrália adotaram resoluções a esse respeito e agiram a partir daí.

Em 1977, a Diretoria do Conselho Nacional de Igrejas de Cristo (NCCC) nos Estados Unidos resolveu "retirar todos os fundos e encerrar todas as contas em instituições financeiras que têm investimentos no África do Sul ou fazem empréstimos ao governo sul-africano ou negócios..." (...) Também em outros países do mundo, as igrejas e as organizações com elas relacionadas retiraram seus investimentos, encerraram suas contas e empenharamse em discussões com companhias que tinham negócios na África do Sul. (...)

Além dos investimentos estrangeiros, porém, três outras ligações econômicas vitais serão aqui examinadas resumidamente: empréstimos de bancos estrangeiros ao governo sul africano e suas agências, o papel o Fundo Monetário Internacional e os fornecimentos de petróleo à África do Sul.

EMPRÉSTIMOS DE BANCOS ESTRANGEIROS

O "apartheid" é um regime muito dispendioso, tanto em termos de recursos humanos como de recursos financeiros. A fim de manter esse regime opressivo em funcionamento, a África do Sul precisa de grandes somas de dinheiro estrangeiro. Há anos, os bancos estrangeiros vêm fornecendo ao regime do "apartheid" os recursos necessários, criando, dessa forma, um capital investido na perpetuação do "apartheid". Não há dúvida de que os empréstimos estrangeiros são vistos pela África do Sul como um apoio político e psicológico à sua política. (...)

Após o levante do Soweto em 1976, o



Desmond Tutu, arcebispo anglicano, prêmio Nobel da Paz de 1984:

número de empréstimos à África do Sul, publicamente anunciados, diminuiu consideravelmente. Essa tendência continuou até meados de 1980, quando as autoridades sul-africanas resolveram que chegara a ocasião de "mostrar o jogo" novamente nos mercados financeiros internacionais. No mesmo ano, o preço do ouro bateu recordes, criando superávits no balanço de pagamentos para a África do Sul. Os especialistas sentiram que a África do Sul não precisava realmente de empréstimos de bancos estrangeiros na época. (...)

Muito provavelmente, devido às crescentes críticas aos empréstimos de bancos estrangeiros à Africa do Sul. as autoridades comecaram recentemente a solicitar fundos para "projetos sociais" como habitações e educacão para os negros, mas sempre dentro do contexto da segregação racial. Os brancos usam o argumento de que estão investindo nesses "projetos sociais" para defender seu envolvimento. É claro, entretanto, que tais empréstimos fortalecem a política vigente de "desenvolvimento segregado", a permanência do regime do "apartheid" e a liberação de fundos para fins militares e outros objetivos. O orcamento do governo sul africado não pode ser nitidamente compartimentado na crenca de que alguns empréstimos são questionaveis mas outros são socialmente aceitáveis. O próprio fato de que existe uma educação negra segregada mostra a imoralidade do regime do "apartheid".

A Assembléia de Uppsala do Conse-Iho Mundial de Igrejas (1968) recomen-

dou que cessassem os investimentos em "instituições que perpetuam o racismo". Em 1972, o Comitê Central do CMI instrui o Comitê de Finanças e seu Diretor Financeiro a não depositar quaisquer fundos em bancos que mantivessem operações bancárias nos países do Sul da África. Dois anos depois, o Comitê Central complementou essa decisão e pediu ao Departamento de Finanças para solicitar a seis bancos, especificamente, garantias de que eles cessariam de conceder empréstimos ao "governo sul africado e suas agências". Depois que os bancos se recusaram a dar essas garantias, o CMI resolveu encerrar sua conta com o Midland Bank, o único com o qual tinha relações. Uma correspondência muito interessante foi trocada entre um dos bancos, o banco Amsterdam-Rotterdam (AMRO) e o CMI. A importância fundamental dessa correspondência é demonstrada pela seguinte citação de uma das cartas do CMI: "O único uso do capital permissivel aos cristãos, portanto, é para o servico do mundo, que inclui necessariamente a libertação dos pobres e oprimidos. Esse mesmo processo inclui a libertação dos ricos (os próprios donos do capital). Assim, para o CMI o capital é um meio, enquanto para o AMRO parece ser um fim em si mesmo". Após a correspondência e uma campanha na Holanda, em âmbito nacional (envolvendo também o maior partido político na época) o Banco AMRO mudou de política e prometeu não mais emprestar ao governo sul africano e suas agências. a não ser que o racismo instituído legalmente fosse abolido. Outro importante banco holandês, o ABN, seguiu essa decisão.

Em 1981, o Comitê Executivo do CMI adotou uma série de cinco critérios para determinar a extensão do envolvimento de um banco com a África do Sul e servir de orientação para as relações do CMI com os bancos. Seis bancos satisfizeram esses critérios. As relações com três bancos (o Union Bank da Suiça, o Swiss Bank Corporation e o Dresdner Bank) cessaram. Com alguns outros, o diálogo continuou.

A política do CMI com relação aos empréstimos bancários ao governo sul africano e suas agências deflagou providências semelhantes por parte de igrejas e organizações religiosas em todo o mundo.

O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

O principal agente do sistema monetário internacional é o Fundo Monetário Internacional (FMI). Uma das atribuições do FMI é facilitar a expansão e o crescimento equilibrado do comércio internacional. Quando um país membro do FMI experimenta dificuldades na balança comercial, pode recorrer ao Fundo para pedir ajuda, sob a forma de diversos tipos de empréstimos, dependendo da causa das dificuldades. (...)

O poder de voto do Fundo reflete o poderio financeiro e econômico dos países membros. O FMI é, portanto, dominado pelos países ricos: só os Estados Unidos detêm 20% dos votos.

Apesar de vários exemplos em contrário, o FMI afirma sua neutralidade política insistindo que as decisões de conceder ou não um empréstimo se baseiam unicamente em critérios financeiros e técnicos. O papel político do FMI, entretanto, fica muito claro quando se percebe que o Fundo é a última agência pública que ainda apoia a África do Sul. Quando a comunidade bancária internacional retraiu-se, alarmada, evitando fazer empréstimos a longo prazo à África do Sul, após o levante de Soweto em 1976, o FMI resolveu comparecer com 464 milhões de dólares (uma soma que correspondia mais ou menos ao aumento dos gastos militares da África do Sul em 1976-77, que chegaram a 450 milhões de dólares).

Como agência especializada das Nações Unidas, esperar-se-ia que o FMI prestasse atenção às opiniões da ONU em assuntos de interesse mútuo. Entretanto, até agora tem havido muito poucos indícios de que o FMI tem levado a sério as resoluções da Assembléia Geral da ONU, adotadas no decorrer dos anos, apelando ao FMI e outras agências especializadas dentro do sistema da ONU para retirar a ajuda financeira, econômica, técnica e de qualquer outra natureza ao governo da África do Sul. (...)

PETRÓLEO

A República da África do Sul é bem dotada de recursos naturais. O país tem, entretanto, um ponto fraco crucial no que concerne à economia: não tem depósitos de óleo cru comercialmente viáveis. Cerca de um terco das necessidades de petróleo da África do Sul é coberto pela produção das três usinas da SASOL, que convertem carvão em óleo. O resto tem que ser importando do exterior. Em virtude de sua posição vulnerável, a África do Sul está usando velhas minas para estocar uma quantidade de petróleo, que, de acordo com estimativas, equivale às importações de óleo necessárias por dois anos. (...) As importações de óleo cru, cerca de 15 milhões de toneladas métricas por ano, no valor de mais de 3 bilhões de dólares, são utilizadas principalmente para produzir combustíveis líquidos, utilizados no setor de transportes e pela polícia, exército e aeronáutica.

A Assembléia Geral das Nações Unidas já pediu várias vezes um embargo internacional de petróleo contra a África do Sul (em 1982, por 152 votos contra 6). Um embargo de petróleo obrigatório tem sido evitado até agora por três dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (a França, o Reino Unido e os Estados Unidos), que vetaram a proposta. No entanto, os países produtores de petróleo, reunidos na OPEP, adotaram um embargo voluntário do petróleo contra a África do Sul. Apesar do embargo voluntário adotado por quase todos os países produtores de petróleo, algumas Como agência especializada das Nações Unidas, ente conseguiram burlar esse embargo, estimuladas pelos altos lucros obtidos nessas transações. Para garantir um fornecimento permanente de petróleo cru, a África do Sul concedeu grandes quotas de exportação de carvão e algumas companhias internacionais de petróleo. (...)

O atual embargo voluntário do petróleo tem criado grandes dificuldades para a África do Sul, mas as informações do Departamento de Pesquisas da Navegação (Shipping Research Bureau) têm demonstrado que as companhias de petróleo e de navegação ainda acham meios de abastecer a África



Crescem as manifestações pela libertação de Nelson Mandela, símbolo da luta contra o "apartheid", preso desde 1962.

do Sul. Esse petróleo é o combustível do "apartheid".

OBSERVAÇÕES FINAIS

Os oprimidos racialmente no sul da Africa têm afirmado com clareza, repetidamente, que o isolamento da África do Sul é um assunto urgente. Recentemente, isso foi reiterado por um dos movimentos de libertação do sul da África, o Congresso Nacional Africano, que declarou: "O povo da África do Sul é de opinião que a contribuição mais eficaz que a comunidade internacional pode fazer para a nossa luta é impor sanções obrigatórias abrangentes e assegurar e manter o total isolamento da África do Sul do 'apartheid'. As sancões não farão ruir as muralhas do 'apartheid', mas, ao negar apoio político, militar, econômico e piscológico ao regime, elas poderão enfraquecê-lo de tal forma que as muralhas cairão mais facilmente no avanço da marcha da luta pela libertação".

Os pontos de vista acima expressos são cada vez mais compartilhados pela comunidade internacional. O CMI e muitas de suas igrejas membros têm levado a sério a questão e adotado procedimentos para pressionar em favor do isolamento econômico da África do Sul.

É muito importante que organizações que lutam por sanções econômicas também apóiem os países vizinhos da África do Sul. Esses países estão pagando o preço do fracasso da comunidade internacional em tomar providências eficazes contra o regime do "apartheid". O mundo tem, portanto, uma clara responsabilidade pela situacão nesses países vizinhos.

O debate sobre as ligações econômicas com a África do Sul tem implicações mais amplas. O caso da África do Sul demonstrou a importância que um sistema econômico e seus principais agentes, as companhias transnacionais, podem ter na sustentação de sistemas injustos e opressivos. O debate também mostrou que as igrejas não podem ser neutras: em muitas partes do mundo as igrejas são parte essencial do sistema econômico vigente. ideológica e financeiramente falando. Essa compreeção exige o arrependimento das igrejas e dos cristãos. Também exigem providências imaginativas e ousadas a serem tomadas pelas igrejas para iluminar sua vocação na vida econômica, especialmente em situações onde o sistema econômico é orientado para a opressão e a exploração.

A dívida externa da América Latina e Caribe: desafio para todos nós

A crise econômica por que passam os países do terceiro mundo, particularmente os da América Latina, está associada à enorme dívida externa que se foi acumulando ao longo dos últimos anos. Esta dívida reafirma a dependência dos países pobres para com os países ricos e tem sido responsável pelo crescimento da miséria e da morte.

O artigo que publicamos a seguir, de Jether Pereira Ramalho, trata esta questão, mostrando a necessidade de se fazer algo para enfrentar esta crise. No artigo são apresentados os principais pontos de concenso a que se chegou no "Encontro Sobre a Dívida Externa da América Latina e Caribe", realizado em Havana, Cuba, de 30 de julho a 4 de agosto, a partir de uma convocação do presidente cubano, Fidel Castro.

Publicamos também uma carta enviada ao Encontro de Havana por D. Paulo Evaristo Arns, onde aponta a urgente necessidade de uma "Nova Ordem Econômica Internacional".

Jether Pereira Ramalho

V ivemos, nos dias atuais, momentos de crise sem precedentes. Estamos em uma verdadeira encruzilhada da história. Entre as muitas facetas dessa crise a do endividamento externo aglutina a todos, é a mais grave e exige solução urgente e inadiável.

Todos os países da América Latina e Caribe estão econômicamente estrangulados, e regridem socialmente em conseqüência dessa alarmante situação de dependência. Cresceram os índices de desemprego, de mortalidade infantil, de desnutrição, de violência, de marginalidade. Isso se deve principalmente ao pagamento de apenas parte dos juros da dívida externa. São sangrias insuportáveis que estão levando a miséria, a morte e a dor aos povos de nosso continente: os países da órbita capitalista, na parte sul da



Plenário do Encontro Sobre a Divida Externa da América Latina e Caribe.

América, sem exceção, estão mais subdesenvolvidos e pobres do que há 10 anos atrás. Temos que sujeitar o uso ideológico da expressão "países em vias de desenvolvimento" com que nos querem iludir. Para os próximos anos as perspectivas são ainda mais dramáticas e assustadoras. Não é possível negar-se essa dura realidade.

SITUAÇÃO INSUSTENTÁVEL

Compactuamos, atualmente, com um grande paradoxo: os países pobres estão financiando os países ricos. Isso não é um recurso de retórica para produzir efeito. Somente em 1984 foi exportada liquidamente para esses centros poderosos, num cálculo modesto, a fabulosa importância de 40 bilhões de dólares, que não foram suficientes para pagar apenas os juros da nossa dívida externa. Se continuarmos com

esse procedimento nos próximos dez anos estaremos remetendo ao exterior 400 bilhões de dólares, que representarão mais do que o montante atual de toda a América Latina e Caribe. E o mais grave: não teremos reduzido um dólar sequer da dívida, pelo contrário, estaremos devendo muitos bilhões de dólares mais do que hoje. É uma situação insustentável e que acarretará conseqüências sociais imprevisíveis.

Outro aspecto importante: para o pagamento dos juros dessa absurda dívida externa seremos obrigados a aumentar, em muito, nossas exportações. E o que acontece hoje? Nossos principais produtos de exportação têm seu valor continuamente deteriorados. O valor do açúcar, proveniente dos países subdesenvolvidos, é um verdadeiro escândalo. O custo de produção sai, para nós, bem mais caro do que o preço que, no exterior, nos pagam por ele.

: Argemiro F

São também aviltantes os preços do ferro, da soja, do cobre e dos principais produtos exportados pela América Latina e Caribe. Fica a pergunta: Como conseguir as divisas para pagar essa dívida externa? Como entender a escandalosa política dos países industrializados? Exige-se o pagamento da dívida e criam-se condições que impossibilitam totalmente de fazê-lo. Os recursos que se estão enviando têm um custo social altíssimo: significam menos recursos para a alimentação, educação, saúde, trabalho para milhões de pessoas de nosso Continente.

Faceta escandalosa dessa questão é a forma como foram empregados os recursos que chegaram (aqueles que não ficaram no exterior) aos nossos países. Quem deliberou sobre esses empréstimos? Quais foram os seus reais beneficiários? Eis um capítulo triste da recente história de nossos povos. Certamente não foram aqueles que estão sendo obrigados a fazer esse enorme sacrifício: os humildes e heróicos trabalhadores do nosso Continente. Eles têm contínua e progressivamente rebaixados seus salários reais, seu nível de vida ainda mais de-

teriorado, ameaçados a cada momento pelo desemprego e miséria. Seus filhos morrem de fome ou têm suas vidas irremediavelmente afetadas pela desnutrição. Estamos pagando com o sofrimento, a dor e com a vida de milhões de pessoas essa dívida externa. É um preço que não se pode medir.

Os dados sobre essa questão são impressionantes. Começam a ser do conhecimento de muitos setores das nossas sociedades. Questiona-se: Como se pode admitir que a criança que nasce em um barraco da mais miserável favela ou aquele velho camponês, pobre e doente, que nunca viu em toda a sua vida sequer um dólar, possam ser responsáveis pela dívida de 1.000 dólares?

A dívida externa da América Latina e Caribe está sendo uma afronta à soberania nacional e à dignidade dos nossos povos. Organismos como o Fundo Monetário Internacional intervêm diretamente em nossos assuntos, ditam as normas econômicas e impõem sacrificios e misérias à nossa gente. Nos últimos anos os regimes militares e autoritários do nosso continente aceitaram essa indigna situação, desbarataram

os recursos que receberam e os usaram, em grande parte, para perseguir os trabalhadores e todos aqueles que se opunham aos seus desviandos e crimes. Agora, nos países em que se instalaram governos de transição democrática, esses organismos, que representam banqueiros internacionais, estão exigindo que exatamente as vítimas das ditaduras, que eles mesmos financiaram, sejam os reais pagadores dos recursos que foram usados para persegui-los, torturá-los e inclusive para exterminar os seus companheiros. E, na realidade, uma situação de absurdo inacreditável.

Sensibilizados por essa fundamental e urgentíssima questão e convocados pelo Presidente Fidel Castro, que tem demonstrado admirável visão política no enfrentamento dessa crise, mais de 1.200 personalidades latinoamericanas e caribenhas, reuniram-se em Havana, de 30 de julho a 4 de agosto para debater a questão da dívida externa. Representavam diversos setores de nossas sociedades: políticos, autoridades governamentais, expresidentes, trabalhadores, religiosos, empresários, jornalistas. Um encontro

O que está em jogo é a vida de milhões de pessoas

Transcrevemos a seguir a mensagem de D. Paulo Evaristo Arns ao Encontro de Havana, onde ele se posiciona frente a dívida externa da América Latina e Caribe.

Prezados Senhores,

Sensibilizado com o convite recebido para participar dessa análise conjunta sobre a dívida externa da América Latina e do Caribe no contexto da crise econômica internacional, e impossibilitado de comparecer, devido a inúmeras tarefas, venho manifestar meus votos de que a reunião seja especialmente proveitosa para a grande maioria de pobres que habitam os nossos países.

À luz do Evangelho de Cristo, da doutrina social da Igreja e das manifestações do Papa João Paulo II, quero especificar alguns pontos básicos que me parecem fundamentais no que concerne ao tema em debate:

1. Não há possibilidade real de o povo latino-americano e caribenho arcar com o peso do pagamento das dividas colossais contraídas por nossos governos. Nem mesmo é viável continuar pagando os altos juros às custas do sacrifício de nosso desenvolvimento e bem-estar;

- 2. A questão da dívida, antes de ser financeira, é fundamentalmente política e, como tal, deve ser encarada. O que está em jogo não são as contas dos credores internacionais, mas a vida de milhões de pessoas que não podem sofrer a permanente ameaça de medidas recessivas e do desemprego que traz a miséria e a morte;
- 3. Os direitos humanos exigem que todos os homens de boa vontade do Continente e do Caribe, todos os setores responsáveis, unam-se na busca urgente de uma solução realista para a questão da dívida externa, de modo a preservar a soberania de nossas nações e a resguardar o princípio de que o compromisso primeiro de nossos governos não é com os credores, mas sim com os povos que representam;
- A defesa intransigente do princípio de autodeterminação de nossos povos requer o fim da interferência

de organismos internacionais na administração financeira de nossas nações. E sendo o Governo coisa pública, todos os documentos firmados com tais organismos devem ser de imediato conhecimento da opinião pública;

5. É urgente o estabelecimento de bases concretas de uma Nova Ordem Econômica Internacional, na qual sejam suprimidas as relações desiguais entre países ricos e pobres e assegurada ao Terceiro Mundo o direito inalienável de reger seu próprio destino, livre da ingerência imperialista e de medidas espoliativas nas relações de comércio internacional.

Confiante no êxito deste importante evento, rogo a Deus que infunda em nossos corações a bem-aventurança da fome e da sede de Justiça, a fim de sermos sempre fiéis às aspirações libertadoras de nossos povos.

Acolham minha saudação fraterna.

> São Paulo, 26 de julho de 1985 Paulo Evaristo, CARDEAL ARNS

aberto, pluralista e democrático. Sem sectarismos ou partidarismos. Um grande fórum de denúncia da injustiça e da morte. Uma celebração pela vida e pela paz. Com respeito e liberdade todos colocavam suas perspectivas e expunham suas idéias. Não haviam documentos prévios, nem se esperavam decisões finais. Um grande acontecimento político e democrático que valia por si mesmo.

Depois de cinco dias de intenso trabalho pontos de consenso ficaram muito transparentes. Eis os mais importantes:

CONCLUSÕES INEVITÁVEIS

1. Essa dívida externa é absolutamente impossível de ser paga, tanto sob o ponto de vista econômico, financeiro, como do ponto de vista moral. Não se pode exigir mais sacrifícios e mortes dos nossos povos. Em nenhuma hipótese, há reais possibilidades de ser liquidada. Nenhum plano para o pagamento tem exeqüibilidade. E afinal o principal compromisso dos nossos governantes é com o seu povo e não com os banqueiros internacionais.

2. Não é possível manter-se a atual "ordem econômica internacional" baseada na injustiça e na relação desigual entre países pobres e ricos. Somente com uma radical mudança nessa "ordem" se poderão estabelecer relações comerciais e sociais mais justas entre os povos. Não adianta, portanto, tentar resolver a questão da dívida externa. Isso é insuficiente. Urge ir mais além e enfrentar as causas dessa situação.

São imprescindíveis esforços de ações unitárias dos nossos países frente a essa questão que exige atitude e tratamento políticos. Todos os setores progressistas, democráticos e patrióticos de nossas sociedades estão chamados a participar no enfrentamento dessa questão. Não se trata de assunto restrito aos quadros dirigentes. Os setores populares, principalmente os trabalhadores, precisam participar ativamente desse debate e das decisões sobre esse assunto. Afinal não são eles as principais vítimas desse crime? Igrejas, partidos políticos, sindicatos, associações de moradores, trabalhadores, empresários estão chamados a estarem presentes nesse grande debate. Essa unidade não significa a renúncia pela luta por uma mudança estrutural em nossas sociedades, mas ato de maturidade política frente a uma conjuntura crítica que exige soluções inadiáveis. Sem solucionar esse problema as próprias mudan-



ças sociais não terão exequibilidade.

4. A magnitude da crise exige atitude conjunta dos países da América Latina e Caribe. Impõe-se uma reação coletiva do Continente. O tratamento bilateral enfraquece os devedores. Essa questão exige atitudes de verdadeiros estadistas e prova de sensibilidade política. Não será processo fácil, mas indispensável. Só com a unidade continental os poderosos e arrogantes credores compreenderão a impossibilidade do pagamento dessa dívida ilegítima e imoral.

5. Essa unidade latino-americana nos vai levar a um passo mais ousado e necessário — a busca da integração latino-americana sem simplismos políticos e levando-se em conta as diferenças e peculiaridades dos nossos países. Para o Brasil essa é uma questão urgente e questionadora. Temos estado isolados dos outros povos irmãos e ignorantes de sua história e lutas. Pensamos egoisticamente em nossa potência política e econômica e somos envaidecidos por uma falsa autosuficiência. A história nos mostra, entretanto, que isso configura equívoco político com sérias consegüências. Estamos sendo conclamados a ser mais latino-americanos. Em todos os setores, inclusive no das Igrejas. O peso de uma decisão brasileira afeta, de forma significativa, a todos os outros países do Continente. É, portanto, hora de integração e de solidariedade latinoamericana e caribenha.

O líder cubano, no discurso e encerramento desse histórico encontro, destacou a contribuição positiva de todos os setores sociais progressistas no discurso profundo e democrático da questão da dívida externa. Juntamente com os outros segmentos sociais, os cristãos tiveram contribuição significativa no encontro. Bispos, pastores, padres, leigos, representantes de diversos movimentos ecumênicos erqueram suas vozes, solidariamente com os outros participantes, na denúncia da impossível situação em que vivemos e na reafirmação do compromisso de mudá-la urgentemente.

Estamos, portanto, frente a um movimento continental em favor dos nossos povos. E todos somos convocados a participar dele.

Jether Pereira Ramalho é sociólogo, membro do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI e coordenador da rede latino-americana de CCPD do Conselho Mundial de Igrejas.

CMI denuncia fome e dívida externa

A necessidade de uma nova ordem econômica internacional, como única saída para enfrentar os graves problemas da fome e da dívida externa, entre outros que afetam particularmente o Terceiro Mundo, foi destacada pelo Comitê Central do CMI (Conselho Mundial de Igrejas) que se reuniu pela primeira vez na América Latina de 28 de julho a 8 de agosto passado, em Buenos Aires. para debater o tema "A Justiça de Deus — suas promessas e seus desafios". A seguir, os pontos centrais do documento sobre a desordem alimentar e a íntegra do documento sobre a dívida externa, aprovados na reunião.

Tânia Krutska

m sua primeira reunião na América Latina, o Comitê Central do CMI Conselho Mundial de Igrejas) aprovou, em Buenos Aires, dia 8 de agosto passado, uma declaração oficial sobre a desordem alimentar internacional, convidando as 308 igrejas membros "a uma ação conjunta junto aos governos de cada país, para uma reversão dessa situação que clama por justiça". Nou-

tra importante declaração, o CMI trata da dívida externa do Terceiro Mundo, criticando a política do FMI (Fundo Monetário Internacional), defendendo a urgente necessidade da redução das taxas de juros internacionais e recomendando o estudo sobre a possibilidade de os países credores cancelarem totalmente os débitos das nações menos adiantadas.

FOME

No documento sobre a desordem alimentar, o CMI diz ter ouvido o clamor dos pobres e oprimidos e afirma que milhões de pessoas estão privadas de seu direito básico à alimentação e à sobrevivência. O documento destaca que "cerca de 800 milhões de pessoas, a majoria vivendo no hemisfério sul, vivem em estado de pobreza absoluta e, cada dia, morrem cerca de 40 mil pessoas, em sua maioria crianças, em consequência da fome e das doenças relacionadas com a desnutrição, em um mundo que produz suficiente alimento para prover uma dieta adequada a todos os seus habitantes".

Reconhece que todos os esforços desenvolvidos até hoje não produziram

os resultados significativos esperados a longo prazo. E que, para alcançá-los, "será preciso que aconteçam transformações econômicas e políticas de grande magnitude", considerando que o enfrentamento dessa desordem está ligado "à luta pela justiça, paz e integridade da criação".

Quatro apelos constam do documento: 1. Aos governos do hemisfério norte para que reorientem suas políticas de forma a assegurar uma produção alimentícia estável e ecologicamente sadia, que garanta a sobrevivência do sistema de exploração agrícola familiar; 2. Aos governos do sul para que adotem políticas que conduzam à sua autonomia alimentar e assegurem o alimento básico necessário a seus próprios povos, em meio ambiente ecologicamente equilibrado; 3. A todos os governos para que se decidam pelo fim da corrida armamentista e acabem com o comércio de armas para os países em desenvolvimento, a fim de que seja possível dispor de recursos para projetos construtivos de desenvolvimento, em lugar de consagrá-los à destruição; 4. As agroindústrias para que apliquem práticas que não explorem as populações, a cultura e as tradições locais, nem sejam prejudiciais a elas e para que compartilhem suas tecnologias com os países em desenvolvimen-

DÍVIDA

Transcrevemos a seguir a "Declaração Sobre as Dividas do Terceiro Mundo", do Comitê Central do CMI.

1. O Comitê Central tem plena consciência de que, apesar de várias negociações, não se divisa qualquer solução a longo prazo para a crise da dívida externa do Terceiro Mundo. As dívidas existentes, que atingem agora quase um trilhão de dólares, obrigam os países devedores a dispender grande parte de sua renda anual para pagar o serviço da dívida. Quando esse pagamento se torna inviável, as negociações levam a paliativos que resguardam o atual sistema.



Enquanto isso, o Fundo Monetário Internacional continua a impor aos países devedores as políticas denunciadas pela 6.ª Assembléia do CMI, "que causam a redução da quantidade de alimentos consumidos pelos pobres, aumentando assim a desnutrição, as doencas relacionadas com a fome e a mortalidade infantil". (Declaração sobre a Má Distribuição Internacional de Alimentos). Dessa forma, o endividamento está intimamente ligado à fome. Essas políticas complicam e limitam as possibilidades de um desenvolvimento independente. O mundo enfrenta a perspectiva de catástrofes econômicas que atingirão profundamente tanto os países mais pobres como os mais ricos.

2. A prova básica da justiça econômica é o que acontece às camadas mais vulneráveis da sociedade. Os profetas advertiram-nos de que o julgamento de Deus se baseia na maneira pela qual tratamos as viúvas, os órfãos, os estrangeiros e os sem terra. Amós condenou os que bebem vinho extorquido de seus devedores. No Levítico, anunciou-se um jubileu, que anularia todas as dívidas, libertaria os pobres e lhes daria a oportunidade de recomeçar a vida.

Durante todo o seu ministério, Jesus identificou claramente a justiça para os pobres como uma preocupação fundamental do Reino, como se vê na resposta de Jesus aos discípulos de João de que o Reino se manifesta onde os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são limpos, os surdos ouvem, os mortos voltam à vida e a Boa Nova é anunciada aos pobres. Portanto, as igrejas preocupam-se com as questões econômicas, especialmente quando afetam os pobres.

3. A atual crise de endividamento obriga os pobres a suportar uma carga de dívidas que não foram feitas em seu benefício. Muitas vezes os emprestimos foram utilizados com objetivos militares ou para satisfazer os ricos e beneficiar as indústrias e instituições financeiras nos países emprestadores. Os governos dos países devedores têm sua parcela de responsabilidade, mas há vários fatores que escapam ao seu controle. Muitos empréstimos foram feitos em dólares, quando o câmbio estava baixo e os juros eram inferiores à taxa de inflação.

Os países devedores não foram consultados na variação subseqüente do valor do dólar ou na fixação das altas taxas de juros. Além disso, as políticas dos países industriais provocaram a queda no preço das mercadorias exportadas pelo Terceiro Mundo e in-



fluenciaram a retração do comércio mundial. Por que os pobres têm de pagar as conseqüências de uma ordem econômica tão injusta?

RECOMENDAÇÕES

4. O Comitê Central manifesta seu apreço pelo trabalho feito pelo Grupo de Assessoria sobre Assuntos Econômicos (CCPD) e recomenda seu relatório: "Os sistemas financeiros internacionais: uma crítica ecumênica" às igrejas para um estudo futuro da crise do endividamento mundial, suas repercussões sobre os pobres e a necessidade de uma solução global e a longo prazo.

5. O Comitê Central louva os esforços feitos pelos governos dos países devedores, promovendo consultas coletivas para desenvolver políticas que satisfaçam as necessidades básicas de seus povos, e sublinha a importância de se executar políticas que tratem da crise do endividamento dentro do contexto mais amplo das discussões Norte-Sul.

 O Comitê Central apela às igrejas e ao movimento ecumênico para que se dirijam aos governos, aos especialistas em economia, à opinião pública e aos seus próprios filiados:

a) sobre a necessidade imediata de reavaliação das dívidas, limitação da taxa de juros e o alongamento dos prazos de pagamento para as dívidas do Terceiro Mundo:

 b) sobre a possibilidade do cancelamento puro e simples das dívidas para os países menos desenvolvidos;

c) sobre a necessidade urgente de cooperar e fortalecer as instituições relacionadas com a ONU, a fim de alcançar uma ordem econômica internacional mais justa; e em particular de reestruturar o sistema financeiro internacional de acordo com os quatro princípios da universalidade, representação equitativa, responsabilidade e justa remuneração do trabalho (tal como se sugere no relatório mencionado no item 4 acima);

d) sobre a necessidade dos ricos partilharem o custo das políticas de ajustamento que serão necessárias.

Tânia Krutska é jornalista, redatora do Boletim Informativo da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil).

Na Nicarágua, o jejum pela paz e pela vida

O padre Miguel d'Escoto, chanceler da Nicarágua, encerrou no último dia 6 de agosto o período de jejum "pela paz na América Central, pela vida e contra o terrorismo". Atendendo a conselhos médicos e considerando atingido seu objetivo, de chamar a atenção de várias partes do mundo para as agressões norte-americanas à América Central, o padre d'Escoto passou do jejum absoluto, em que permaneceu durante um mês, para uma "abstinência mo-

derada", com que pretende continuar incentivando o que chamou de "uma insurreição evangélica" contra a política terrorista dos Estados Unidos.

Durante seu período de jejum, foram inúmeras as manifestações de solidariedade recebidas pelo chanceler da Nicarágua, entre elas a presença ao seu lado do bispo brasileiro D.Pedro Casaldáglia. O cardeal arcebispo de São Paulo. D.Evaristo Arns.



enviou ao padre d'Escoto uma comprometida mensagem de solidariedade. A seguir, a integra de sua carta:

São Paulo, 23 de julho de 1985. Prezado amigo Miguel,

Paz e Bem!

"Não só de pão vive o homem, mas de toda palavra que sai da boca de Deus" (Mateus 4.4).

Esta mensagem de Jesus, após passar 40 dias jejuando no deserto, ilumina o acontecimento do qual você é protagonista. Jesus praticou este jejum para manifestar seu abandono, sua abertura à vontade do Pai antes de iniciar a sua missão apostólica libertadora.

O seu jejum, nas circunstâncias atuais, alerta a consciência ética mundial sobre a grave situação vivida pelo povo do seu país. O seu gesto é um gesto profético que denuncia as tentativas de matar a semente de vida nova pela revolução sandinista.

Respeito muito a sua decisão de realizar este jejum inspirado "pela sua consciência cristã e sacerdotal diante da realidade de morte e destruição que existe na Nicarágua em consequência da guerra de agressão que nos declarou o governo dos Estados Unidos".

O seu país tem todo direito de escolher o melhor caminho possível para que o povo conheça condições de vida mais justas, sem interferência de nenhuma potência estrangeira. A autodeterminação do seu país é essencial para a paz e a harmonia no nosso continente latino-americano.

Aproveito para lembrar ao governo dos Estados Unidos que as aspirações do povo nicaragüense à liberdade e à paz são legítimas e nobres; aproveito também para me solidarizar com seu povo na luta pela construção de uma sociedade nova onde exista fraternidade, justiça e paz.

Peço-lhe fraternalmente considerar a possibilidade de interromper este gesto caso sinta que sua vida corre perigo, já que ela é preciosa para nós e para seu povo.

Unidos em Cristo.

Solidariedade cristã

O padre Roberto Grad-Maison esteve em Manágua, para entregar ao padre d'Escoto a mensagem de solidariedade enviada por D. Paulo Evaristo Arns. Neste texto, ele analisa as circunstâncias que levaram ao jejum pela paz do padre d'Escoto.

No domingo, dia 28 de julho, à noite, entreguei pessoalmente uma mensagem de solidariedade do nosso Pastor, Dom Paulo Evaristo Arns, ao Pe. Miguel d'Escoto. Tive a feliz oportunidade de chegar junto com Dom Pedro Casaldáliga, no mesmo avião, no aeroporto de Manágua. Logo na chegada, fomos encaminhados ao lugar onde fica o Pe. Miguel, no fundo do salão paroquial do bairro "Monsenhor Lescaño".

C Pe. Miguel resolveu iniciar este jejum depois de um longo processo de oração e de discernimento junto ao superior de sua Congregação, os Padres de Maryknoll; junto ao bispo de sua diocese de Esteli e junto a outros sacerdotes, leigos e religiosos. O jejum do Pe. Miguel se insere na linha dos grandes gestos que vem sacudir a consciência humana diante das violações e agressões aos Direitos Humanos pessoais e sociais, assim como os direitos humanos nos políticos e econômicos.

O direito do povo nicaragüense à autodeterminação fica prejudicado pela presença comprovada de agentes perturbadores da paz. O povo ni-

caragüense vive em estado de guerra permanente quando se verificam atentados contra crianças, mulheres, anciões; quando se destróem escolas, ambulatórios, cooperativas, colheitas etc. Na tarde do dia da nossa chegada, oito mães que iam visitar seus filhos na montanha foram assassinadas numa emboscada realizada pelos "contras".

É por causa desta situação de constante intranquilidade que o Pe. Miguel d'Escoto iniciou seu "JE-JUM PELA PAZ, EM DEFESA DA VI-DA, E CONTRA O TERRORISMO". O jejum do Pe. Miguel interpela cada um de nós no que tem de mais sagrado: a sua consciência humana solidária com outros seres humanos que padecem agressões e humilhações.

É neste contexto que compreendemos a mensagem de solidariedade que Dom Paulo enviou ao Pe. Miguel. É uma carta pessoal de um amigo que quer se solidarizar com outro amigo num momento de grande necessidade. É uma carta que vem nos lembrar que a solidariedade humana não tem fronteiras para se manifestar.

Com esta mensagem Dom Paulo não pretende se intrometer na vida pastoral de outra Igreja, mas sim, apoiar a caminhada difícil de uma pessoa que luta pelo bem do seu povo.

(Pe. Roberto Grad-Maison)

Paulo Evaristo, CARDEAL ARNS

Ação Latino-Americana, uma nova articulação

Uma nova articulação, a nível nacional e continental, começa a ser organizada, a partir do Brasil. Trata-se da ALA (Ação Latino-Americana) que terá caráter suprapartidário, aberto e ecumênico, reunindo grandes entidades nacionais e, tendo como base, entidades intermediárias que atuam junto aos movimentos populares.

A idéia de constituir um movimento a nível continental, reunindo essas grandes entidades nacionais - numa espécie de Grupo de Contadora da sociedade civil latino-americana - nasceu em abril passado, numa reunião particular mantida, no Brasil, entre o presidente da Nicarágua, Comandante da Revolução Daniel Ortega Saavedra, o bispo de Goiás Velho (GO) D. Tomás Balduíno e seu colega de São Félix do Araguaia (MT), D. Pedro Casaldáglia.

Na assembléia dos bispos brasileiros, em Itaici, em abril passado, a idéia foi discutida por aproximadamente quinze bispos e alguns militantes da solidariedade entre os povos latinoamericanos, no Brasil. Na conferência "O Brasil frente à crise centroamericana", de 11 a 14 de junho passado, no Rio de Janeiro - promovida pelo IBASE e outras instituições brasileiras, com o apoio da CRIES (Coordenadoria Regional de Pesquisas Econômicas e Sociais - América Central/Caribe), a idéia ganhou corpo, transformou-se em proposta.

AMÉRICA CENTRAL

Contatos informais foram mantidos, nos horários de refeições, entre D. Tomás Balduíno e dirigentes das entidades presentes, entre os quais representantes do CLAI (Conselho Latino-Americano de Igrejas) e CEDI. na sessão final de trabalho, D. Tomás apresentou a proposta de criação da ALA (Ação Latino-Americana), aprovada, por unanimidade, dia 14 de junho.

Uma reunião menor, nessa mesma data, no Hotel Ambassador - onde estavam hospedados os participantes da Conferência - precisou os objetivos da ALA: 1.Tomar iniciativas concretas, individual e/ou coletivamente, que visem fortalecer a luta pela democratização da América Latina; 2.Lutar pela justiça e paz no continente; 3.Defender o direito à autodeterminação dos povos; 4.Promover a causa democrática, o respeito ao Direito Internacional e aos organismos internacionais independentes.

Foi definida, como prioridade inicial, a região centro-americana, com as seguintes metas: 1.Impedir a projetada invasão e o bombardeio massivo da Nicarágua pelos exércitos vizinhos e pelas forças armadas norte-americanas: 2. Defender o direito dos povos centroamericanos à autodeterminação; 3.Defender o direito Internacional e pressionar pela independência das organizações multilaterais; 4.Fortalecer, por todas as formas, a luta pela democracia econômica e política nos países da região e em cada país do continente: 5.No caso específico do Brasil. elaborar propostas para a Nova Constituição que transfiram à sociedade civil, através de seus representantes no Legislativo, o controle das decisões estratégicas sobre a política externa brasileira.



Contribuir com a resistência da Nicarágua, contra a invasão.

INICIATIVAS

Nessa reunião, foi também definida, uma primeira equipe para iniciar os contatos com outras entidades intermediárias e com as entidades a nível mais amplo e que serão o sujeito principal da articulação. Essa equipe reuniu-se pela primeira vez, dia 6 de julho, na Igreja Presbiteriana de Ipanema, no Rio de Janeiro.

As principais decisões tomadas foram as seguintes: 1. Constituir um grupo de trabalho para ampliar os contatos a nível das grandes entidades (CNBB, ABI, OAB, SBPC. centrais sindicais, partidos, entre outras); 2. Distribuir tarefas ligadas à ampliação dos contatos com as entidades intermediárias, a nível das igrejas e da sociedade civil, como um todo; 3.Planejar a viagem à Nicarágua e Estados Unidos, a partir do segundo semestre deste ano, de delegações de líderes eclesiásticos, líderes políticos e sindicais - pela ordem - em missão de paz: 4.Planeiar um encontro ecumênico sobre a solidariedade latino-americana, em Nova Iguaçu (RJ), com dirigentes das igrejas cristãs brasileiras e do continente, a ser realizado, possivelmente, no início de 1986.

O perfil da ALA é o de congregar grandes entidades nacionais e em cada país do continente, de forma ecumênica, suprapartidária, em torno de metas e ações unitária. Neste sentido, as entidades intermediárias exercerão papel suplementer - de apoio e pressão - representando a base para iniciativas mais amplas. Os dirigentes das grandes entidades deverão encontrar sua própria dinâmica de trabalho.

Nesta fase inicial, os documentos de adesão à Ação Latino-Americana deverão ser enviados aos seguintes destinatários: Rio de Janeiro-CEDI (Rua Cosme Velho, 98, fundos CEP 22241), IBASE (Rua Vicente Souza, 29 CEP 22251) e SERPAJ (Rua México, 119 sala 2009). São Paulo-CEDI (Av. Higienópolis, 983 CEP 01238) e CLAI (Caixa Postal 55202 CEP 04799). Os documentos de apoio devem ser enviados em papel timbrado, preferentemente.

(D.A.)

Jovens luteranos debatem fome no Nordeste

"As causas da fome no Nordeste" foi tema do seminário que reuniu, de 22 de julho a 6 de agosto, 45 jovens luteranos dos Estados Unidos, do Canadá e do Brasil na cidade de Salvador, Bahia. O seminário, promovido pela Lutheran Church in America (LCA) em colaboração com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), procurou detectar quais os fatores que levam milhões de pessoas a não ter o mínimo de suas necessidades básicas atendidas.

Os participantes viram que o Nordeste e a seca são uma produção política. O seminário não ficou só na parte teórica. Os jovens luteranos tiveram contatos com pessoas e comunidades na Bahia, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Visitaram os trabalhos desenvolvidos pela DIACONIA, pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), pela Fundação do Desenvolvimento Integrado do Rio São Francisco (FUNDIFRAN) e pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC). Igrejas brasileiras participam, indiretamente, do trabalho destas entidades.

Edelberto Beske

A tingidos pela dura realidade da fome e miséria que viram e sentiram, os jovens brasileiros enviaram uma carta à IECLB, conclamando as comunidades desta Igreja a "voltarem os seus olhos para o Nordeste, bem como para os bolsões 'nordestinos' de miséria no Sul e a pegar no arado para a plantação de sementes de esperança por uma terra livre". Constataram que não é o sol nem a chuva que produzem a fome, mas a estrutura agrária.

Trabalhadores rurais de Quixadá e Quixeramobim, no Ceará, vão encaminhar um abaixo-assinado ao governo federal pedindo novas frentes de emergência para a região. Castigados pela seca entre 1979 a 1984, os assalariados rurais, meeiros e sem-terra enfrentaram, este ano, um rigoroso inverno,

com muitas chuvas, frustrando, assim, as safras de milho, feijão e algodão. A fome, mais uma vez, está presente.

Os mais atingidos são as crianças de famílias pobres. "É difícil ver um anjo (criança) dos ricos no cemitério. Os anjos que lá aparecem só são dos pobres", diz o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixeramobim, Antônio Clementino dos Santos. O coveiro da cidade, Manoel Barbosa de Medeiros, confirmou o fato. No tempo da seca chegou a enterrar sete crianças num dia. Hoje, diz enterrar até 15 crianças por semana.

Há assalariados trabalhando em fazendas deste município cearense que recebem a irrisória quantia de Cr\$ 1.000 por dia. Com este ganho não conseguem sequer comprar um litro de leite, vendido a Cr\$ 1.500. "Pior do que a seca e o inverno chuvoso é a exploração dos patrões", afirma o secretário



Manoel Barbosa, coveiro em Quixeramobim, CE.

do Sindicato, Leônidas dos Santos Nascimento. "Os patrões querem manter a escravidão", complementa Lino Henrique de Oliveira, ex-assalariado, hoje integrado no trabalho de uma roça comunitária em Quixeramobim.

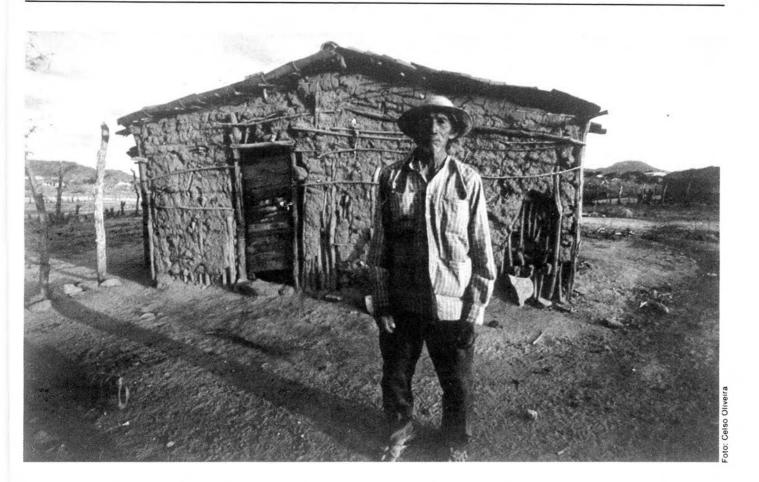
PRODUÇÃO POLÍTICA

O Nordeste "não é resultado da fatalidade, do destino, da natureza ou uma decorrência natural de desenvolvimento econômico, mas o resultado da ação política dos homens e da forma através da qual eles se apropriam e usam os recursos naturais e estabelecem relações entre eles. Nesse sentido, o Nordeste e a seca são uma produção política". A opinião é do Instituto Brasileiro de Análises Sócio Econômicas (IBASE), mencionada em documento intitulado "Nordeste: seca, fome e miséria", citado pelo economista Marcos Arruda em palestra durante o seminário.

O drama de uma mãe fica evidente nas palavras de Francisca Alves Diniz, 48 anos, a cacimbeira (parteira) da localidade de Cajazeiras, no interior de Madalena, Ceará: "Apareceram 13 crianças em minha vida. Mas Jesus se lembrou de mim e fez uma esmola levando seis para junto dele. Ainda com estes sete que ficaram, a vida é de muito sofrimento para mim". No cemitério de Quixeramobim o coveiro Manoel mostra os locais onde há crianças enterradas, e diz: "Aqui não tem soma de covinha de anjo, está um em cima do outro por falta de lugar".

A morte por fome de 10 milhões de crianças no mundo, por ano, é um fato previsível e evitável, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Como? Basta recorrer a 30 milhões de toneladas de cereais por ano, o que perfaz apenas 2% da produção mundial, ao custo de 10 bilhões de dólares — o equivalente a cerca de um sessenta avos do custo da produção mundial de armamentos em 1982.

Mas se a solução é tão barata, por



que não é adotada? Indaga o documento do IBASE, que também responde: "Porque pela lógica do capitalismo, estes 2 bilhões de pessoas cuja renda é inferior a US\$ 450 por ano não são estímulo para o mercado ou não constituem demanda efetiva. 'Mercado' para o capitalismo é onde está o poder de compra, e não onde estão as necessidades".

Para a médica Ediná Alves Costa, do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal da Bahia, a fome é o problema de saúde pública maior do planeta Terra, e as crianças são as maiores vítimas, já que passam por um período em que necessitam de um aporte muito grande de alimentos. São consequências da fome, em casos extremos, o escorbuto, o kwaschiokor e o marasmo. Ela afiança, no entanto, que muitas consegüências da fome no organismo humano são reversíveis, também nos casos extremos, desde que a pessoa se alimente. Os principais fatores determinantes das mortes infantis em família de baixa renda no Nordeste são a desnutrição e a diar-

HISTÓRIA DE MIGRANTE

A fome traz imagens dramáticas ao cenário. Uma mãe desesperada, mora-

dora do bairro Pirambu, em Fortaleza, surrou seu filho que não aquentava mais "dormir sem jantar e acordar sem café" e, resolvera fazer como inúmeros amigos seus para fugir desta realidade: roubar. No Pirambu, bairro com 180 mil habitantes, a maioria migrantes fugitivos da seca e procedentes do interior do Ceará, a morte já passa desapercebida às pessoas amigas e vizinhas. Tem dia nesta favela em que morrem três a quatro pessoas, revela José Airton Paula Barreto, do Centro de Promoção de Defesa dos Direitos Humanos de Pirambu. Muitas mães do bairro já lhe confessaram que deram tranquilizante para seus filhos que pediam comida e nada havia à mesa, para que ao menos pudessem dormir.

A fome também é um dos fatores que faz as pessoas migrarem, explica a médica Ediná. Mas o processo migratório agrava ainda mais a miséria dos retirantes, na medida em que eles não conseguem, na zona urbana, se inserir no processo produtivo, submetendose, pois, a todo o tipo de distorções. A população da Grande Fortaleza é um exemplo disto. Cerca de 65% dos 1.800.000 moradores estão no mercado infernal de trabalho. Nos últimos dois anos, a cidade experimentou um incha-

mento de 300 mil habitantes, vindos do interior do Estado e que buscam novas oportunidades, na maioria das vezes sem encontrá-las.

Foi o caso de Lino Rodrigues de Oliveira, 43 anos de idade. Ele se criou na Fazenda São Joaquim, em Quixeramobim. Trabalhou 12 anos na fazenda. "Quando vi que estava ficando cada vez mais imprensado, saí da fazenda e fui para a terra do meu pai", conta. Como era pouca terra, também não deu para tirar o sustento da família, a mulher e 11 filhos. Alistou-se no bolsão (emergência) e foi trabalhar em terras da fazenda de Humberto Lulu. Arrancou toco, fez açudes e barreiras. "Os patrões diziam que o açude era comunitário e tiraram até certidão no cartório. Mas em muitos açudes, se alguém se arrisca a pescar, está sujeito a ir para a cadeia", denuncia.

Trabalhou até 1981 na emergência. Foi com a família para Fortaleza. Morou no Maranguape e trabalhou 14 meses como vigia, mas sem carteira assinada. Também não deu e pediu as contas. Foi trabalhar de servente e chegou a fazer um roçado na capital cearense. Não agüentou e voltou para Quixeramobim, onde se integrou a uma roça comunitária, junto com outras 17 famí-

lias, em projeto encaminhado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais à CE-

BARÕES DA TERRA

Lins teve mais sorte que José Maria André, presidente da Associação dos Moradores da Favela da Avenida Santos Dumont, Papicu, em Fortaleza. José sente saudades da terra e confessa que voltará "ao seu interior" se tiver chance. "Este é o sentimento de todo o povo que a gente conversa aqui no bairro", revela. No Papicu moram cerca de 3 mil pessoas, 70% desempregadas, e que ganham a vida fazendo biscate.

A luta por um pedaço de chão é intensa, também na cidade) Maria Lucia Martins Gomes, moradora do Parque da Água Fria, em Fortaleza, e vice-presidente da Associação local, conta um pouco desta guerra. Há dois anos ela vive na Água Fria, área devoluta que foi tomada pelos moradores da Favela Rafael Tobias, depois de expulsos pelo proprietário, com o auxílio da polícia. "Até hoje não sabemos se ele é dono daquela terra. Nunca nos mostrou a escritura e jamais fomos ouvidos por alquém no Fórum. A única coisa que sei é que de repente veio a polícia e nos iogou para fora", narra Maria Lúcia.

A concentração de terras é um tato presente em todos os cantos do Nordeste. Em 1975, 1% dos estabelecimentos detinha 43% das terras, enquanto 9% dos estabelecimentos possuiam apenas 21% das terras. Segundo o censo de 1980, 67,8% do total dos estabelecimentos são de menos de 10 hectares e controlam apenas 5% das terras nordestinas. No outro extremo.

os grandes estabelecimentos, com mais de 1.000 hectares, representando apenas 0,4% do total, se apropriam de 37,2% das terras. Outro dado: os migrantes, que eram 18 milhões na década de 60, passam para 24 milhões na década seguinte no país.

Mais outro dado: no Brasil existem 370 milhões de hectares aproveitáveis para a lavoura, dos quais apenas 50 milhões efetivamente produzem. Isto porque mais de 70% desta área consiste em latifúndio, segundo o IBASE. Raimundo Nonato de Souza, agricultor sem-terra, pai de sete filhos, morando em Quixeramobim, observa: "A seca atrapalha, sim, mas o que mais atrapalha são os homens, os barões donos da terra, e a política, que tira o direito dos pobres".

MANIPULAÇÃO

Nestas áreas chegam a acontecer coisas incríveis. Via de regra, políticos não gostam de associações de agricultores organizados, que refletem e pensam sobre a situação em que seus associados vivem. Os conscientes são menos manipuláveis. "Os políticos estão encrencados com a gente. Eles não querem um trabalho organizado, a não ser que possam manipular", garante Francisco Faustino Pinheiro, líder da comunidade de Monte Grave, no interior do município de Solonópolis.

A vila de Monte Grave e redondezas têm, no máximo, 300 famílias de moradores, que estão organizados em associações — o Centro Social de Monte Grave. Com auxílios da CESE, DIACONIA e CARITAS, iniciaram, em 1975, um programa de Saúde e contam, hoje, com um pequeno hospital, com seis

leitos e uma sala de parto e berçário. Por questões políticas, no entanto, até agora não pisou um médico no hospital, que é atendido por uma enfermeira e uma parteira.

Mais difícil de entender ainda é a história do telefone. Em 1975, a prefeita Maria Sueli Nogueira (PMDB) dotou o município de Solonópolis de telefone. Monte Grave também tinha o seu. Em 1976, José Atualpa Pinheiro Landin (PDS) assumiu a prefeitura, que, em 1977, cortou o telefone de Monte Grave, sob a alegação de que não havia necessidade deste aparelho "no meio do mato", conta Faustina.

Na Lagoa dos Reis, interior de Quixeramobim, existe outra comunidade organizada, que construiu, inclusive, em mutirão e com auxílio da CESE, um centro social e está desenvolvendo o trabalho de uma roça comunitária. A maioria deste pessoal, sem-terra, trabalha em fazendas de João Carneiro, grande produtor de algodão. Eles plantam milho e feijão para o seu consumo e algodão a meia. Já descobriram que neste regime só trabalham para o patrão. "O patrão bota um fornecimento (armazém) e quando a gente vai pegar a mesma parte de algodão não sobra mais nada, porque fica tudo no fornecimento", relata Luiz Inácio da Cruz, 34 anos, líder de Lagoa dos Reis. No fornecimento, os produtos vendidos são geralmente mais caros do que na cidade.

Inácio também conta que os fazendeiros não permitem aos assalariados ou meeiros que criem algum gado em suas terras, nem que seja uma vaca apenas. Ele dá a razão: "Os patrões acham que quem tem o bicho também estará em melhores condições, o que de forma alguma querem". É como se fosse um capítulo de um conto irreal. "Para os latifundiários, o objetivo é lucrar e o ser humano é valorizado apenas enquanto instrumento de produzir lucros", consta no documento elaborado pelo IBASE.

A FORCA DA BIBLIA

Os pequenos já sabem como entrar numa autêntica reforma agrária: em mutirão e organizados, conforme a concepção de Leônidas. Esta experiência de trabalho coletivo, frisa, começou com a falta de terra e a partir de estudos do livro dos Atos dos Apóstolos, onde é relatada a maneira como vivia a comunidade dos primeiros cristãos. "Isto foi novidade para nós e a Bíblia serviu de luz", diz Leônidas.

"Antes o povo acreditava no seu doutor, no padre, hoje tem que acreditar na verdade. E lendo a Bíblia a gente chega a ver o que é a verdade" susten-



Reunião de CEB em Cajazeiras, um lugar sem água e luz.



Leônidas dos Santos Nascimento, tesoureiro do Sindicato de Quixeramobim.

ta seu Mané Quinca. "A luta pela terra está na Bíblia e Deus vai mostrar qual o caminho. Já passamos por um período duro, durante a seca, e se não fosse a palavra de Deus o povo todo já estava disperso", prossegue o líder de Cajazeiras.

Fora de casa, sob a luz de um lampião a gás, o povo da Comunidade Eclesial de Base está reunido e canta hinos de um cancioneiro popular, em que aparece refletida a situação de miséria e injustiça que os trabalhadores sofrem. "Minha gente pise firme, canta alto e vamos lá, vamos lutar conscientes que este mundo vai mudar", diz o refrão de um dos cânticos.

Diná lê um trecho do evangelho e seu Mané faz a reflexão. Pondera depois: "O padre é que devia conscientizar a gente, mas é a gente que vai conscientizando o padre de Madalena que a caminhada é esta. E se o padre não fala dos problemas e conflitos de terra que a gente tem, o povo começa a achar que ele fica falando a toa". Padre Marcelino diz que está acontecendo um trabalho novo de evangelização. "A grande conquista é a palavra de Deus iluminando todo este trabalho. Estamos redescobrindo a raiz do povo peregrino". Menciona, ainda, que toda a pastoral da Igreja tenta centrar-se no problema número um do povo e fazer com que ele libere sua voz. Não procura fazer pelo povo, mas assessorá-lo.

Não é de hoje esta conexão entre fé e vida, com o centro voltado a problemas do povo, como a questão agrária, por exemplo. No século passado, um peregrino chamado Antonio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido por Antonio Conselheiro (1829-1897), cruzou o Nordeste conclamando o povo a viver em união e santidade. Sensível às injusticas praticadas no Sertão, Conselheiro pregava contra o latifúndio e o pagamento de impostos ao governo da República. Por onde passava recrutava discípulos entre o povo explorado. Construiu Belo Campo, depois Canudos, em 1893, que em questão de poucos anos se tornou uma das maiores cidades da Bahia, com 25 mil habitantes. Canudos foi uma organização comunitária e o produto era dividido entre seus moradores conforme as necessidades.

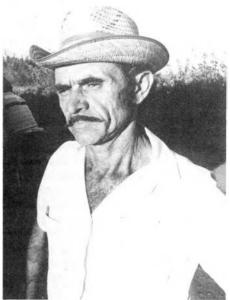
A Igreja e os latifundiários não suportaram esta pregação de Conselheiro e tudo fizeram para acabar com este "fanático". Somente depois da quarta investida armada, a última expedição contando com soldados da polícia e do exército, conseguiram arrasar a cidade. Com Canudos também sucumbe Conselheiro, em 1897.

A LÓGICA DO AMOR

O povo oprimido é muito religioso e expressa esta religiosidade nas romarias, ligadas ao catolicismo, em cultos afros, como o candomblé, ou em seitas pentecostais, que prometem cura de doenças e sucessos. "A religiosidade popular está ligada ao problema social e é uma grande força para o povo", afirma Cláudio Perani, padre jesuíta, há dez anos trabalhando com bójas-frias. assalariados e diaristas no interior da Bahia. Assim como Jesus falava em parábolas, a religiosidade popular recorre a símbolos. O "crente" diz o que sente, mas de tal modo que outros, que não comungam do mesmo rito e não iguais, não entendem o que está sendo manifestado. Nas romarias, por exemplo, o povo se fixou muito na imagem do Cristo sofredor, traçando com ele uma certa identificação.

"Não conheço no Nordeste um grupo popular de base onde a fé e a oração não estejam presentes", frisa o pastor Friedrich Gehring, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) do Recife. Para o pastor Gerner Fuchs, também da IECLB, trabalhando na comunidade de Curitiba e na Comissão Pastoral da Terra do Paraná, a "esperança não vem da Igreja, mas vem daqueles que Jesus disse 'vós, os perseguidos, vós sois o sal da terra'".

Em terras nordestinas a igreja luterana, segundo opinião do pastor do Recife, só poderá ser uma igreja de serviço, que se encarne na marginalidade. O pastor Fuchs salienta que o evangelista João não traz em seu evangelho o



Manoel Joaquim Pinho, lider da CEB em Cajazeiras.

relato da Santa Ceia, e em seu lugar destaca o lava-pés, mostrando o serviço de Jesus. "A fé não tem só uma dimensão espiritual, mas também de serviço", observa.

A Igreja tem, talvez, um papel muito importante a desempenhar, colocando-se ao lado dos que sofrem, ao lado desta massa de trabalhadores espoliados até mesmo de suas necessidades básicas, como moradia, saúde, educação, transporte e um salário digno. "No atual momento não há lugar para posicionamentos radicalizantes", admoesta João da Cruz Silva, da Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), de Fortaleza. "Ou o movimento popular se organiza, ou haverá um golpe de direita muito forte no país", vaticina ele.

A tarefa dos cristãos em todas as partes do mundo, na concepção do economista Marcos Arruda, do IBASE, é a de anunciar uma nova lógica, baseada no amor, como a praticada por Jesus. Esta nova lógica, que contrasta com a lógica das multinacionais e do lucro acima das necessidades, deve ter um "impacto sobre nossas atitudes e comportamentos. Todos os níveis de relação devem ser revolucionados por esta lógica de amor", entende Arruda. Cada qual deve tentá-la onde vive, onde luta, onde mora. "E não há lugar melhor para fazê-lo de que nos Estados Unidos", frisa o economista, exertando logo depois: "Não há coisa mais crucial de que lutar por mudanças sociais em seu país de origem".

Edelberto Beske é editor do Jornal Evangélico, da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil).

Assembléia do CMI aprofunda compromissos

A defesa da terra dos povos indígenas, o respeito às culturas dessas nações, o apoio à autodeterminação, a conscientização da sociedade civil sobre a questão indígena e uma maior encarnação dos missionários na realidade dos indios, foram algumas das linhas de ação reafirmadas pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário) em sua décima assembléia nacional, realizada dè 28 de junho a 3 de julho passado, em Goiânia (GO).

A assembléia do CIMI contou com a participação de 97 representantes de povos indígenas brasileiros e latinoamericanos, além de agentes de pastoral católicos e evangélicos, observadores e assessores. O tema central foi "Política Indigenista e Ação Pastoral", em um contexto em que, segundo o documento final, "os povos indígenas, junto com os outros segmentos marginalizados no país, irrompem como forças históricas de transformação, na luta pelos seus direitos, violados e desprezados durante séculos".

VIOLÊNCIA CONTINUA

Ao tratar da política indigenista, o documento final da assembléia do CI-MI afirma que, na definição da política de desenvolvimento estatal nas áreas indígenas, as sociedades indígenas "são excluídas e sequer têm o direito de opinar". Segundo o CIMI, "a postura estatal e a ideologia colonialista e integracionista estão bem explicitadas na legislação vigente, apesar da concessão de alguns direitos de caráter preservacionista, como o da posse das terras e do usufruto das riquezas nelas existentes". Denuncia, em seguida, a atuação de "grupos de interesse que se articulam para os espaços de poder e interferir na condução político-administrativa" da FUNAI que "concretiza, em sua prática, a postura do Estado". E destaca que "a opressão e a violência contra os povos indígenas, que alcançaram nos últimos anos proporções alarmantes, continuam. Em várias áreas, verifica-se até um recrudescimento dos conflitos".

Ao tratar da demarcação, a assem-

bléia reafirmou "o direito fundamental dos povos indígenas aos seus territórios, independente de qualquer legislação". E assumiu o compromisso de: "incentivar os povos indígenas a assumirem a defesa de seus territórios; apoiar decididamente, em aliança com outros setores da sociedade nacional, a luta indígena pela garantia e/ou recuperação de seus territórios, bem como do usufruto exclusivo das riquezas, tanto do solo como do subsolo; exigir a participação decisiva das respectivas comunidades indígenas no processo de identificação e demarcação de seus territórios; exigir a garantia dos territórios para os povos indígenas não contatados ou de pouco contato com a sociedade nacional e apoiar os lavradores sem terra, atingidos pelas demarcações, em suas justas reivindicações de reassentamento, em áreas fora de território indígena".

CONSTITUINTE

Outros destaques no documento final da assembléia: 1. O CIMI dará maior atenção aos problemas de saúde dos povos indígenas, organizando assessorias de saúde a nível regional; 2. ajudará os índios em suas articulações com as várias lutas das classes oprimidas no país e dará atenção especial a duas prioridades: a Reforma Agrária e a Constituinte. Em ambas, enfatizará a necessária participação popular.

Quanto à Reforma Agrária, o CIMI estimulará a participação de representantes indígenas nos comitês de execução da Reforma; exigirá que, na aplicação do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) as terras indígenas sejam rigorosamente respeitadas, de acordo com os limites estabelecidos pelas comunidades; lutará para que os trabalhadores rurais, ocupantes de áreas indígenas, tenham prioridade nos processos de reassentamento desenvolvidos pelo governo e exigirá que sejam garantidos os direitos dos índios destribalizados, especialmente às terras que atualmente ocupam.

(DA)



CPT reafirma linhas de ação

Reforma Agrária, Constituinte e evangelização libertadora foram os temas básicos da assembléia comemorativa dos dez anos da CPT (Comissão Pastoral da Terra), realizada de 4 a 10 de agosto passado, no Centro de Treinamento de Líderes da Arquidiocese de Goiânia (GO), com a participação de cerca de 150 trabalhadores rurais, bispos, pastores, delegados de movimentos camponeses de vários países latino-americanos e agentes pastorais. A assembléia reelegeu o bispo de Chapecó (SC), d. José Gomes, para a presidência e elegeu o pastor Inácio Bencke, da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana) e que trabalha em Rondônia, para a vice-presidência.

documento final da Assembléia dos 10 anos da CPT considera inicialmente, que "a terra é um dom de Deus para todos os homens e sua funcão social se coloca acima dos interesses individuais". Neste sentido, ela "deve ser fonte de vida, lugar de trabalho, produção e moradia e não de negócio, objeto de compra e venda". Considera, também, "o avanço das lutas dos trabalhadores rurais brasileiros, a resistência e a reconquista da terra em todo o país". Os militantes decidiram. igualmente, "apoiar o direito dos trabalhadores de executarem a Reforma Agrária, utilizando as iniciativas que acharem necessárias" além de "promover uma ampla discussão, ao nível das bases, a partir de experiências concretas de luta em todo o país, para definir, com clareza, o projeto popular de Reforma Agrária".

VIOLÊNCIA

Os testemunhos dos camponeses coincidiam para um ponto: a escalada da violência contra os trabalhadores rurais, em praticamente todo o país. De janeiro a julho deste ano, já sobre o clima da "Nova República", foram assassinados, no Brasil, 90 trabalhadores rurais. Dos 90 mortos, segundo dados da CPT, 36 trabalhavam na região do Araguaia/Tocantins, onde, em 1984, foram vitimados 43 lavradores. Nessa



área, 16 agentes pastorais estão processados e mais de 200 ordens de despejo estão para ser executadas contra posseiros que trabalham nos castanhais do sul paraense.

No Paraná, há 400 mil famílias sem terra e somente no ano passado 44 mil pequenas propriedades rurais foram vendidas a latifundiários. O próprio governo reconhece que, nesse ritmo, não haverá minifúndios nesse estado, num prazo de dez anos. Em Rondônia - onde foi assassinado, dia 24 de julho, o padre Ezequiel Ramin, vítima do latifúndio - há 117 vítimas de malária, sobretudo nas fazendas. A escravidão branca de lavradores é uma rotina. Em São Paulo, a CPT está acompanhando 117 conflitos de terras, sobretudo no Vale do Ribeira e na região de Ribeirão Preto.

A DIMENSÃO DA FÉ

Na reflexão pastoral da assembléia, sobre o tema "Os trabalhadores evangelizam e são evangelizados", alguns pontos básicos: 1. A consciência da opressão e da necessidade da libertação cresce, cada dia mais, entre os camponeses; 2. A certeza de que Deus Libertador e Jesus Cristo ressuscita-

do estão com os oprimidos, assim como as vitórias conquistadas na caminhada, dão novo alento e esperança à luta; 3. A Bíblia, palavra de Deus e memória da luta do Povo de Deus, é uma luz que ilumina a caminhada dos lavradores, em busca de um projeto de justiça, igualdade e libertação; 4. O testemunho dos mártires nessa luta constitui uma referência fundamental.

CONSTITUINTE

A assembléia reafirmou, neste sentido, que "a democracia no Brasil só se consolidará com a participação efetiva dos trabalhadores rurais e urbanos na vida da Nação". Decidiu, deste modo, "estimular todas as formas possíveis de participação dos trabalhadores organizados na Constituinte" e somar-se aos esforços que vêm sendo feitos para que sejam eleitos constituintes com o objetivo específico de redigir a nova Constituição.

A destacar, ainda, nessa assembléia, a participação de delegados de vários países latino-americanos, reforçando a solidariedade entre os trabalhadores, na luta que é de todos.

(Dermi Azevedo).

Ezequiel Ramin, mártir

No conjunto das vítimas do braco latifundiário no Brasil, registra-se mais um nome: Ezequiel Ramin, padre, italiano de Pádua, nascido em 9 de fevereiro de 1953, missionário comboniano, da equipe de padres e irmãs da Paróquia Sagrada Família, de Cacoal, Rondônia. Ele foi assassinado a tiros, dia 24 de julho passado, ao meio dia, numa emboscada preparada por sete jagunços, na fazenda Catuva, município de Aripuanã (MT), no limite com Rondônia e a menos de 100 km de Cacoal.

padre Ezequiel Ramin, em missão de paz, voltava de uma reunião com posseiros que ocupavam uma parte da fazenda, de título duvidoso. Aconselhara os trabalhadores a se retirarem da área, diante das notícias de uma represália violentíssima dos fazendeiros. Voltando acompanhado por Adílio de Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacoal, o padre tombou, fuzilado. Adílio, ferido, conseguiu fugir pela mata.

Os mandantes do crime — fazendeiros Omar, Osmar e Arnaldo Pires Bruno, irmãos, residentes em Aracatuba (SP) e o capataz da fazenda Catuva, José de Paula Brandão - sequer foram indiciados no inquérito. Os pistoleiros que executaram Ramin estão presos em Cuiabá.

A PALAVRA DO BISPO

Um comunicado "aos homens de boa vontade e reta intenção" foi divulgado, dia 27 de julho, pelo bispo de Ji-Paraná (RO), D. Antônio Possamai, com este teor:

"Dia 24 do corrente julho, tombou, vítima das armas de jagunços a serviço de latifundiários, o padre Ezequiel Ramin. Missionário comboniano, cinco anos de sacerdócio, 32 de vida. Trabalhava na equipe de padres e irmãs que animam a Paróquia Sagrada Família de Cacoal (RO). Estava nesta diocese há cerca de um ano. Em seu trabalho pastoral, tinha preferência: os mais pobres. Por isso mesmo, tinha uma forte presença entre os posseiros e os índios.

Neste dia 24, deslocara-se, em companhia de Adílio de Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacoal, até à fazenda Catuva, no estado de Mato Grosso, desta diocese, para conferenciar com os posseiros e persuadí-los (aconselhá-los) a deixar a



Assim ficou o padre Ezequiel Ramin, assassinado pelos jagunços.

região por ser muito perigoso devido ao avultado número de jagunços que lá atuavam. Obteve êxito em sua missão e iá ia retornando quando as balas e os chumbos o atingiram de morte. Mesmo depois de caído, os jagunços continuaram atirando de perto, dando a impressão, pelo estado a que ficou reduzido o seu corpo, que descarregaram completamente suas armas sobre ele.

Diante do fato tão bárbaro, a diocese de Ji-Paraná:

Repudia, com veemência, tal barbaridade, impensável num país que se diz cristão e civilizado; sente-se envergonhada diante do que estarão pensando de nossa Pátria os povos civilizados de onde veio nosso missionário; repudia o uso da violência para solucionar qualquer questão. Somente os que cultivam a injustiça lançam mão deste estratagema para assegurar seus falsos direitos; exige que as autoridades competentes elucidem os fatos até o fim, chegando aos mandantes e esclarecendo a opinião pública sobre o resultado do seu trabalho de investigacão.

Exige que sejam tratados como criminosos e que sejam aplicadas as penas previstas em lei; insiste na prisão e punição dos mandantes pois só existe pistoleiro enquanto houver quem o contrate; reafirma sua opção pelos pobres e pela implantação da justiça em nossa Pátria: compromete-se a continuar a sua caminhada de ajudar o pobre a se libertar de todas as opressões de que é vítima. Compromete-se a continuar seu engajamento em favor da Reforma Agrária, justa e honesta. Perdoa os assassinos e seus mandantes e pede a Deus que se desviem de seu caminho de pecado e violência".

CADERNOS DO CEDI

7 - Um pé de cana não é nada, juntando é um canavial	13.000
8 - Igrejas/Desenvolvimento e Participação Popular	13.000
9 - Deixai vir a mim os pequeninos	10.000
10 - Roças Comunitárias	13.000
11 - Peões e GarimpeirosCr\$	13.000
12 - Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas	16.000
13 - Alfabetização e Primeiras Contas	13.000

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Volume 5 - JavariCr\$	25,000
Volume 3 - Amapá/Norte do ParáCr\$	40,000

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI

A Constituinte e a Bíblia

As comunidades cristãs populares e pastores de várias loreias estão engajados no movimento popular pela Assembléia Nacional Constituinte. Para isto, eles não precisam abrir a Bíblia para ver se a Sagrada Escritura trata de Constituinte. Mas é interessante, neste momento, buscarmos na Palavra de Deus a história das leis do povo do Senhor e o sentido que elas tinham em sua época.

Marcelo Barros

Nós, cristãos, cremos que Deus nos fala através dos acontecimentos atuais e da caminhada das comunidades. Entretanto, não para legitimar nossa atuação atual, nem para fazer comparações ou colagens apressadas entre o tempo antigo e o Brasil de hoje, os cristãos gostam de buscar na Bíblia a inspiração primeira para tudo o que pensam e fazem. Referem-se à história do Povo de Deus, no Antigo Testamento, como um memorial. Assim hoje prosseguimos, através de rumos novos, a mesma caminhada de Deus e do seu povo. O Senhor assumiu como Palavra dele as leis que o povo foi elaborando em sua caminhada.

COMO SURGIRAM AS LEIS DE DEUS

Encontramos no Antigo Testamento três principais blocos legislativos: 1. O Código da Aliança (Exodo 20, 22 até o fim do capítulo 23), 2. O chamado Código do Deuteronômio (Deuteronômio 12-27) e 3. O código sacerdotal.

Apesar de que é senso comum entre os estudiosos ligar estes códigos de leis a algumas datas (épocas) importantes da vida do Povo de Deus, sabemos que todas vêm da tradição oral e decorrem de um longo processo de elaboração. O Código da Aliança retrata a experiência de comunidades de lavradores pobres. É um código de justiça agrária. O Deuteronômio o recorda, retoma vários de seus elementos e tem uma motivação fundamental: "Estes são os estatutos e os preceitos que tereis cuidado em cumprir na terra que o Senhor Deus de vossos pais vos deu. Cumpri-os para possuir esta terra todos os dias que viverdes". (Deut. 12,1). O chamado "código sacerdotal" tem, como pano de fundo, a realidade do povo judeu sem terra, sem templo, sem a realeza, dependente do Império persa e procurando recuperar a identidade cultural e religiosa de Israel.

É importante observarmos algumas características destas leis: 1. Muitas provêm de costumes antigos e ancestrais das tribos. É a própria cultura do povo e sua sabedoria (experiência) que a lei assume e consagra. Por exempo: a circuncisão (Lev. 12,3; Gên. 17,10), as questões alimentares (Deut. 14), o sorteio de terras (Núm. 26,55) e tantos outros elementos; 2. Muitas leis decorrem da experiência de luta do povo e têm como finalidade manter viva a memória das lutas e da libertação (exemplo: as leis sobre as festas); 3. Através das leis, o povo vai descobrindo a revelação de Deus, o conhecimento do Senhor através da justica e o método para viver numa sociedade fraterna. Assim, as leis se preocupam fundamentalmente em assegurar o direito das minorias e dos mais oprimidos (os estrangeiros, as viúvas, as mulheres, os escravos); 4. Quando o povo estava escravo dos babilônicos, não só lembrou. como ordem de Deus, a lei do descanso semanal, uma reivindicação traba-Ihista (a lei sobre o sábado) como também radicalizou a necessidade da reforma agrária ser permanente. Esta é a base do ano do jubileu que se constituiu mais como um ideal de que como uma prática real já experienciada.

Em todo o Antigo Testamento, a fé do Povo de Deus se baseou na experiência do Êxodo. A revelação do Deus Libertador que tirou seu povo do Egito e fez aliança com seu povo oprimido no Sinai. E foi esta assembléia do Sinai (Êx. 19) que o Povo de Deus considerou como Palavra de Deus fundamental: uma espécie de assembléia constituinte de Israel.

A LEI DE DEUS NO NOVO **TESTAMENTO**

O Cristianismo nasceu no seio do Judaísmo como um movimento dissidente dos rabinos de Jerusalém e, depois, das cidades greco-romanas. O Judaísmo dos saduceus e dos escribas tinha transformado a Lei de Deus em instrumento de controle do povo e



de manutenção de uma sociedade dividida entre santos (ou puros) e pecadores e na qual esta distinção coincidida com a diferença entre judeus homens, sadios e bons e, por outro lado, os doentes, os pobres sem terra e o povo do interior sem lei e sem direitos.

São Paulo, no seu trabalho com as comunidades e em suas cartas, ensina que Jesus Cristo nos libertou da opressão da lei, revela que não estamos mais sob o domínio da lei, mas sob a graça de Deus (cf. Rom. 8). Entretanto, concorda que o Espírito põe em nossos corações uma lei de vida que nos faz viver a fé, segundo a justiça (Rom. 1) e viver segundo o Espírito (Gal. 4).

As comunidades que lembraram a Boa Nova de Jesus Cristo (como as de Mateus, Marcos e Lucas) insistiam que a lei foi feita para o homem e deve estar a serviço do homem (ex. Mc. 2 a 3). Chegam a dizer que Jesus Cristo foi condenado à morte por causa da lei (Mt). Na tradição rabínica, considerava-se a função da lei como luz. Esta tradição baseava-se na própria Bíblia (ex. Salmo 119, 105). O prólogo do Quarto Evangelho diz: "No Verbo (o projeto de Deus) estava a Vida e a Vida era a Luz (a lei) dos homens. (Jo 1, 4 ss.)

As pequenas comunidades cristãs viram a lei com esta finalidade de defender e proporcionar a vida e traçaram o retrato da primeira comunidade cristãs de Jerusalém como irmãos que tinham tudo em comum, viviam a repartição da Palavra de Deus, dos bens e do amor fraternal (cf. Atos 2, 42-47 e 4, 32-37). E foi esta experiência que deve servir como referência de lei para os



cristãos, como também os cristãos precisaram inserir-se e adaptar a Palavra da Bíblia a culturas e circunstâncias bem diferentes.

Que esta meditação possa ajudar nossas comunidades cristãos a lutarem hoje para que a lei seja defensora da vida e da liberdade para todos os oprimidos.

Marcelo Barros é assessor teológico da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e trabalha em Goiás Velho (GO).

Os evangélicos e a Constituinte

Diante da urgente necessidade da ampliação da discussão em torno da Constituinte e considerando o significado social dos evangélicos no Brasil — que representam, hoje, cerca de 10% da população organizada em igrejas no país — o Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI promoveu, nos dias 7 e 8 de agosto, no Rio de Janeiro, o encontro "Evangélicos e a Constituinte".

Participaram das discussões, durante os dois dias de encontro, 25 pessoas representantes de Igrejas e entidades evangélicas. No encerramento, na noite do dia 8, foi realizado um painel aberto, do qual participaram cerca de 90 pessoas.

Apresentamos a seguir uma síntese das principais conclusões e questões que surgiram como resultado desse encontro:

1. A conjuntura atual, por diversos fatores, tem desmobilizado a discussão sobre a Constituinte. Entre esses fatores pode-se apontar uma dispersão política em torno das eleições municipais. A pulverização e o número excessivo de partidos políticos aumenta o descrédito da população nas possibilidades de conquistar canais efetivos de participação política. Além disso, existe uma desinformação geral sobre o tema da Constituinte, que tem sido tratado, principalmente pela imprensa e pelo

governo, de forma especializada e técnica.

2. Os investimentos vultosos em candidatos das elites à Constituinte e a marginalização da participação popular desde o início de suas discussões, apontam para uma Constituição, no máximo, de texto liberal. Diante disso, ao entrarmos nesse processo, é necessário que afastemos as ilusões e preservemos a esperança de realizar um amplo movimento cívico em favor da cidadania para a população que tem estado à margem da participação política no Brasil.

3. Surgiu no encontro a questão da existência de uma contribuição evangélica à Constituição. O debate apontou que não se trata de ter uma pauta evangélica para a Constituição, mas sim de incentivar a participação dos evangélicos, enquanto cidadãos, neste importante momento político do país.

4. Essa participação se justifica pelo peso social dos evangélicos no país e por sua tradição liberal e democrática, que remonta às origens dos protestantes no Brasil.

5. Os evangélicos presentes no encontro perceberam que o nível inicial das discussões não permite ainda a elaboração de propostas, mas levanta uma série de questões tanto para a Constituinte como da Constituinte para os evangélicos.

6. Dentre essas questões se destacam o futuro posicionamento da Constituinte diante das profundas injustiças sociais e econômicas que a sociedade atual tem mantido e reproduzido. É importante que se discuta como poderá a Constituinte enfrentar a questão da fome, da falta de ensino para todos e de boa qualidade, da fragilidade da Justiça diante do poder econômico, da precariedade de garantia dos direitos dos cidadãos etc.

7. Algumas questões exigem um posicionamento específico dos evangélicos. Entre essas pode-se citar a questão do ensino religioso nas escolas, a liberdade e os parâmetros de funcionamento das escolas confessionais, o acesso aos meios de comunicação controlados por empresas e Igrejas.

Frente a essas idéias e temas surgidos no encontro, apontou-se para a importância do início imediato das discussões sobre a Constituinte dentro das Igrejas. Nesse rumo, deve-se buscar a divulgação mais ampla possível do tema, a partir de cada realidade concreta, sempre mantendo a atenção para o fato de que discursos agressivos e proselitistas podem criar barreiras que afastem ainda mais das discussões aqueles cuja participação é a mais importante.

Rubem Alves

DESEJOS ESQUECIDOS

iturgia é um jogo que uma L comunidade faz com os seus símbolos. É isto o que a caracteriza: aquilo que as pessoas fazem com os seus símbolos, e aquilo que os seus símbolos fazem com elas.

É diferente do jogo de produzir conhecimento, em que o símbolo apenas significa algo além dele. Por isto no jogo da ciência o símbolo vale pelo seu poder de apontar para uma realidade que está além dele.

No jogo litúrgico o símbolo é a coisa. O símbolo não é informação sobre, e nem argumento pró ou contra. Símbolo: a coisa mesma, o Poema que deve fazer-se carne. Símbolo = pão: coisa boa para o corpo.

Ah! Mas para que isto acontecesse seria necessário que fossemos menos professores e mais feiticeiros...

Algo parecido com possessão: o corpo é possuído por símbolos. O corpo não pensa os símbolos: dança sob o seu poder. Quando a palavra é falada, os mortos (que não podiam pensar) ressuscitam, a virgem fica grávida. Gravidez pelo ouvido... O pensamento seria um verdadeiro DIU...

Dizer o nome de desejos esquecidos (são os únicos que importam, casa da nossa nostalgia).

"Não sabemos orar como convém. Esquecemo-nos do nome do nosso mais alto desejo.

Ele se escondeu em funduras onde as palavras não penetram, lá onde só há suspiros..."



"Mas o Espírito, que vai até lá, toma o nosso desejo não dito (maldito), e leva-o, como seu, até Deus..."

Dizer o desejo.

Só que o desejo é sempre objeto obscuro, fugidio, sombra. Seu nome não pode ser dito. Como não podia ser dito o nome de Deus entre os hebreus. O desejo (e Deus) a gente sugere por meio de metáforas, símbolos que fazem acordar coisas que dormiam dentro de nós. Tudo é obscuro. Não há lugar para idéias claras e distintas. As catedrais medievais, As catacumbas. A noite. Dizer o nome dos demônios. Exorcismo: o demônio foge, quando seu nome é pronunciado. "E perguntou-lhe Jesus:

- Qual é o seu nome? Ao que ele respondeu: Legião...".

Confessar: chamar os demônios pelo nome.

Dizer o desejo: "Venha o teu Reino...".

Reino: nome de desejos.

"Quando o corpo é possuído pelo desejo ele se transforma em amante e em guerreiro..."

Isto tudo é estranho para nós, protestantes. Nossa tradição é outra. Palavras que moram na cabeça. Oueremos bons pregadores e não feiticeiros.

Está em jogo uma teoria de linguagem.

Avaliação no CEDI

urante os meses de junho/julho uma equipe internacional convidada pelo CEDI, pelo Conselho Mundial de Igrejas e por duas agências eclesiásticas européias de ajuda a programas de desenvolvimento no 3º Mundo, juntamente com a equipe do CEDI procederam a uma exaustiva avaliação dos propósitos, atividades programáticas e significado da atuação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação na realidade sócio-eclesial brasileira.

A equipe de avaliação teve a oportunidade de examinar toda a documentação do CEDI (inclusive a parte administrativa), suas variadas publicações e entrevistar-se com os responsáveis e colaboradores de seus programas. Além disso entrou em contato com autoridades eclesiásticas, consultou entidades ecumênicas afins, entidades de prestação de serviços ao movimento popular, sindicatos urbanos e rurais, associações de moradores, igrejas locais e acompanhou o desenrolar de atividades concretas em diferentes partes do país. Tudo isso proporcionou a equipe um abundante material informativo que serviu de ponto de partida para uma intensa discussão com os responsáveis pelos programas do CEDI e que resultou um alentado relatório analítico (104 págs) e inúmeras recomendações

para o aprimoramento da atuação do Centro

Na fase preparatória, tanto o CEDI como as agências de ajuda levantaram as principais questões que, desde suas distintas óticas, lhes pareciam as mais pertinentes em relação à proposta global de trabalho do CEDI e ao redor das quais se sistematizam uma elucidativa discussão.

Dentre as conclusões do relatório final destacamos as seguintes:

"O CEDI é um projeto alternativo, competente e singular. Alternativo porque não se prende a partidos, igrejas ou movimentos populares. Assim sendo pode manter-se autônomo e útil".

"A proposta do CEDI de serviço às igrejas e aos movimentos populares, fortalecedora de uma democratização vigorosa e permanente da sociedade brasileira, inclui conflitos no campo eclesiástico e político e coloca em discussão permanente a questão da identidade própria".

"A dependência do CEDI de recursos externos fornecidos por agências doadoras não deve corresponder a uma circunstância conjuntural, mas deve ser a expressão de uma consciência de atuação enquanto parceiros num projeto contínuo de mútua responsabilidade entre as igrejas dos dois lados do Atlântico e do Norte do Continente". "A competência profissional e a capacidade operacional do CEDI na prestação de serviço são muito expressivas e contrastam com o baixo nível de salários e a precariedade dos subsídios materiais".

Formaram a equipe de avaliação as sequintes pessoas:

George Grünberg, antropólogo, Coordenador do Serviço de Informação sobre Estratégias de Desenvolvimento. Viena, Áustria. Na avaliação, à convite do CEDI.

Klaus van der Grijp, teólogo com experiência de trabalho no Brasil de 1971 a 1978. Atualmente na Holanda. Na avaliação à convite de ICCO/Holanda.

Reinhard Koppe, sociólogo, membro do grupo de trabalho do Serviço Eclesiástico para o Desenvolvimento da Igreja Evangélica na Alemanha. Na avaliação à convite de Brot für die Welt/Alemanha Federal.

Lysâneas Maciel, advogado, ex-Deputado Federal, Presbítero da Igreja Cristã de Confissão Reformada. Na avaliação à convite do CLACER, Comissão Assessora de Projetos para América Latina - CI-CARWS, Conselho Mundial de Igrejas.

Luiz Osorio Pires Prado, pastor da Igreja Episcopal do Brasil, trabalhando no Rio Grande do Sul. Na avaliação à convite do CEDI.

PUBLICAÇÕES DO CEDI

Poesia Profecia Magia (Rubem Alves)Cr\$	10.000
Creio na Ressureição do Corpo (Rubem Alves)Cr\$	10.000
Poetas do AraguaiaCr\$	10.000
Batismo Eucaristia MinistérioCr\$	7.000
Varal de Lembranças (Histórias da Rocinha)Cr\$	
Discussão sobre a Igreja (Zwinglio M. Dias)Cr\$	
Salvação Hoje (Mortimer Arias)Cr\$	
Liberdade e Fé (R. Alves, e outros)Cr\$	7.000
Profeta da Unidade (Júlio Andrade Ferreira)Cr\$	7.000
Celebração da Vida (John Poulton)Cr\$	
Missão e Evangelização - suplemento 28Cr\$	5.000
Missão e Evangelização:	5.000
Uma afirmação ecumênica (CMI)	5.000
Imagens da Vida (espanhol)Cr\$	
Protestantismo e Política - suplemento 29Cr\$	5.000
Ideologia e Fé (André Dumas)Cr\$	5.000
Estudos Bíblicos de um LavradorCr\$	5.000
Chamadas a day tastamunha hais	5.000
Chamados a dar testemunho hoje	5.000
Jesus Cristo a Vida do Mundo	13.000
Missa da Terra Sem MalesCr\$	33.000
O Vaticano e o Governo Reagan	20.000
(Ana Maria Ezcurra)Cr\$	28.000
Entre os Índios Münkü	
(Pe. Thomaz de Aquino Lisbôa)Cr\$	
De Dentro do Furação (Richard Shaull)Cr\$	
História da Classe Operária no Brasil	10.000
Religião e Sociedade nº 6 - A Igreja no ABCCr\$	13.000

Pedidos através de cheque nominal para o CEDI

Aconteceu Especial 15

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/ 1984

Uma leitura indispensável para todos que apóiam a luta dos povos indígenas por direitos permanentes.

Notícias sobre 165 povos. 23 comentários assinados, 21 mapas, 26 quadros e 90 fotos. Fontes diretas e mais 55 jornais.



332 páginas Cr\$ 40.000

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI (Av. Higienópolis, 983. CEP: 01238 — São Paulo — SP).

CARTA AO IRMÃO JÓ

Elsa Tamez

Meu irmão Jó, teus gritos de dor e protesto nos têm calado fundo, até à medula dos ossos, no têm tirado o sono e jorra sangue dos nossos ouvidos.

Tuas mãos se movem em todas as direções: nos acenam, nos golpeiam, nos atraem, nos arrastam, nos acariciam, nos empurram. Para onde nos levas, amigo Jó?

Teu odor de morto nos penetra as narinas. Por toda parte, sentimos teu cheiro. Teu corpo ossudo nos aguilhoa. Caem de nossas carnes pedaços de tua carne corroída. Contagiaste-nos, amigo Jó. Contagiaste-nos a nós, a nossa família, a nosso povo. E teu olhar impregnado de sede de justiça e teu alento carregado de fúria nos tem saturado de coragem, ternura e esperança.

Como eras valente, irmão! Que poder de resistência o teu! Eras um espectro como nós, enfermo, abandonado, desprezado, oprimido. Dás asco (também nós daremos asco?). Teus amigos Elifás, Bildad e Sofar não cessam de torturar-te e mal-aconselhar-te. Dizem que é pecado que protestes e defendas tua inocência. Dizem que Deus te castigou e que precisas de arrependerte.

E tu, amigo, apesar de tudo, não te rendes e gritas com mais força. Tu não lhes dás crédito e ainda tens coragem de combatê-los. E tem mais: tu te atreves a discutir com Deus todo-poderoso, o culpa de tuas desgraças por guardar silêncio diante de teu sofrimento. Lutas contra ele, contra aquele que foi teu amigo e te abandonou e tu não entendes por que. Afirmas que tens sido justo e inocente: que tens todo o direito de defender-te porque és humano. Protestar por um sofrimento injusto é direito do homem e da mulher.

Teus amigos deixaram de ser teus amigos porque protestaste e te atreveste a tocar o intocável: Deus. O Deus perfeito, o totalmente outro que comanda e ordena o mundo sem nenhuma margem de erro, o que castiga o mal e abençoa o bem. O Deus que reparte justiça a torto e a

direito, tu, porém, não vês. O que tu vês é apenas o sofrimento de muitos justos e inocentes, por um lado e, por outro, o gozo e o prazer dos injustos que amontoam riquezas. Teus amigos, com belos discursos, afirmam o contrário. Devem, entretanto, calarse diante de ti porque sofres a injustiça e a vives na própria carne.

Que fale Deus! Que venha prestar contas de seus silêncios; destes silêncios insuportáveis!

Como são insuportáveis os silêncios de Deus! Sua ausência invoca a morte, Deus nosso, nosso Deus, porque nos abandonaste? Que fale Deus agora e os amigos se calem, porque toda essa algazarra não nos deixa ouvir Deus falar.

Por que não se calam esses sábios? Sua sabedoria não se encaixa com a vida. O que têm pela frente é dor e miséria e eles o negam com suas palavras. Teologia vazia, fachada, que pretende defender a Deus com mentiras incríveis (Jó 13,7). São advogados de Deus à custa do homem em lugar de serem defensores do homem por mandato de Deus.

Calem-se! É melhor que voltem a sentar-se no estrume junto a Jó, que chorem e rasguem o manto por outros sete dias e sete noites, sem dizer-lhe uma só palavra, solidarizando-se com ele em sua dor. Talvez assim se contagiem e compreendam por que o inocente tem direito ao protesto e à rebeldia. Quem sabe assim se convertem.

Mas guardemos silêncio também nós, companheiro Jó. Não nos queixemos mais. Já nos lamentamos o suficiente.

Teu sábio discurso tapou a boca dos sábios. Já não têm argumentos, não existe um Deus que os respalde. Fechemos a boca e escutemos. Deixemos que Deus compareça diante de nós e venha prestar contas de seus silêncios.

Os silêncios de Deus são misteriosos. Às vezes, nos enchem de terror, nos paralisam ante a legião de demônios que se manifestam na vida dos homens. Mas sem esses misteriosos silêncios de Deus, não podemos ser homens...

Quando Deus fala muito, o homem se torna surdo. Não ouve o clamor do pobre, daquele que sofre; se embrutece, não caminha, não espera, nada pode, não suporta nada. Deus se cala para que o homem fale, proteste, lute. Deus guarda silêncio porque quer que o homem seja homem.

Ouando Deus se cala e o homem chora, Deus chora, solidário com ele, mas não intervém. Espera o grito do protesto. Só então Deus volta a falar porém em diálogo conosco... Ensinanos como a cabra montês deita fora suas crias na hora do parto e estas crescem fortes, saem campo afora e não retornam para o leite. Ensina-nos como o asno selvagem e livre, ri-se do bulício da cidade, não ouve o arrieiro e só se preocupa com sua comida. Como o búfalo se recusa a passar as noites no estábulo; o avestruz se esquiva do cavaleiro que não consegue alcançá-lo na corrida; o cavalo relincha majestosamente e não retrocede ante a espada de guerra; a águia que voa até o pico mais alto para, com um olhar, abarcar o mundo. A todos eles Deus lhes deu esta força e liberdade.

Levantemo-nos, companheiro Jó, pois não se pode pescar o Leviatã com um anzol nem o monstro Behemot com um sorriso. São forças poderosas que só a força de Deus em nossas forças pode vencer. O Senhor nos desafia. Respondamo-nos.

Agora, amigo Jó, conheceste realmente a Deus. Nunca mais serás o mesmo, depois desta experiência de dor. Não voltarás a ser aquele homem rico que de tudo recebeu com fartura e que repartia as sobras com os que nada tinham. Experimentaste a intimidade com os miseráveis e esta experiência nada poderá apagá-la de tua história. Agora conheces melhor a Deus.

Deus te restabeleceu porque lutaste contra ele e com ele até que te abençoasse. Que farás agora? Deus te restabeleceu, e a nós?

Esperamos-te no monturo.

Elsa Tamez, mexicana, é teóloga metodista.

Povos Indígenas no Brasil/1984

om a publicação de "Povos Indígenas no Brasil/1984", o CEDI continua um trabalho iniciado em abril de 1981, com a síntese do noticiário dos jornais brasileiros sobre a questão indigenista. De lá para cá, esse trabalho continuou aprofundando-se e sendo um dos principais serviços do Programa "Levantamento: Povos Indígenas no Brasil", do Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Na edição que agora começa a circular, apresenta-se um resumo do que ocorreu nas áreas indígenas do país, no âmbito da política indígena, a nível local, regional e nacional e da política indigenista oficial, durante o ano passado.

No "Aconteceu Especial", de abril de 1981, anunciava-se, como fatos portadores de esperança, o surgimento de uma consciência indígena "e formas ainda embrionárias de organização a nível nacional". E se denunciava "a organização e a articulação de interesses anti-indios". A pergunta do CEDI era: "depois da leitura desse dossiê, como pensar o futuro dos índios no Brasil?". Na edição seguinte, relativa a 1981, afirmava-se que "a imagem que a opinião pública forma a respeito da situação dos índios no país está, em grande parte, determinada pelo noticiário da imprensa". O trabalho foi sendo aperfeiçoado nas edições dos anos seguintes: em 1982 (com 470 notícias a respeito de 78 povos indígenas) enquanto, em 1983, o volume passava a registrar, para a história, informações sobre 172 povos, além de dados sobre 20 evidências de grupos considerados "arredios". Denunciava-se a voracidade dos garimpos e empresas mineradoras sobre as terras indígenas, particularmente na Amazônia.

A nova edição, na palavra de seus organizadores, "pretende ser um subsídio, com informações fidedignas, atualizadas e abrangentes, para todos aqueles que estão empenhados no apoio à lutas dos povos indígenas por direitos permanentes, no Brasil". Um dado novo: além dos acontecimentos sobre a questão indígena na imprensa, há informações de primeira mão, enviadas por colaboradores. Os dados abrangem 165 povos e 23 evidências de grupos arredios. Continuam em análise problemas crônicos (a lentíssima demarcação das terras indígenas, a ação das empresas de mineração) e se destaca um outro elemento muito importante: os interesses indígenas e a Assembléia Nacional Constituinte.

A destacar, ainda, nesse trabalho do Programa "Levantamento: Povos Indígenas no Brasil", a publicação de dois textos (um sobre povos do Amapá e Norte do Pará e outro sobre povos do Javari), dentro de uma obra vasta, em fase inicial, que terá 18 volumes. Ela sistematizará os resultados de uma pesquisa participante sobre os povos indígenas brasileiros.

A leitura desses materiais reforça algu-



mas idéias: 1. Os povos indígenas reforçam a sua presença cultural e sócio-política; articulam-se cada vez mais em defesa de seus interesses; 2. Mas continuam sofrendo uma terrível e constante espoliação, traduzida em desrespeito às suas terras, na matança de seus líderes, na continuidade da política equivocada da Funai, na impunidade dos assassinos de indígenas. Os leitores certamente compartilharão este comentário e continuarão a apoiar o esforços do CEDI na luta com os povos indígenas por uma terra de liberdade. (D.A.).

Zumbi

N inguém mais pode dizer que não existe um livro contando a história correta de Zumbi. Joel Rufino dos Santos acaba de publicar uma pesquisa brilhante — que recupera inclusive alguns aspectos da memória do povo negro.

"ZUMBI" é um livro biográfico e interpretativo, em três capítulos, lembrando que o "negro africano, antes de vir para a América, era um ser inteiro: corpo e alma livres". Os escravistas não tinham interesse na sua alma — ou na sua cultura, se se preferir. Queriam apenas o seu corpo. A religião, a língua, a arte, a ciência, os costumes, nada disso interessava. Como os próprios escravistas se habituaram a dizer, queriam daquele imenso continente — Bilad es Sudam, Terra dos Pretos — apenas "fólegos vivos".

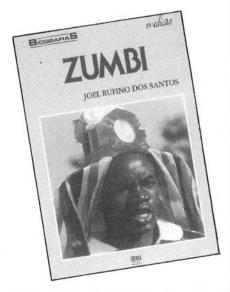
Numa linguagem gostosa, rica em detalhes, Rufino passeia pela história do povo negro, apresentando Zumbi dos Palmares, líder da insurreição dos negros da Zona da Mata (Pernambuco), em 1677.

Este livro contém preciosas informações e acaba dando pistas para educadores, artistas e grupos de negritude.

Na introdução apresenta a "espécie que dá nome às coisas" como a que "inventou a tortura", falando da cultura racista dos brancos, que submete política e socialmente uma raça para usá-la como mão-de-obra barata, da escravidão à sociedade capitalista.

O autor trabalha sobre as teses fundamentais dos Movimentos de Negritude. Primeira: os negros merecem recuperar a identidade de sua cultura. Segunda: localiza outra fugas de escravos nos séculos XVI e XVII, além dos Quilombos dos Palmares, comprovando que os negros não foram "tão bonzinhos e conformados" como a ideologia dominante ensina. Terceira: Zumbi está vivo na memória e luta dos negros (conscientes) como o bóia-fria de usina, Dozinho, de 23 anos de idade, apresentado à página 57.

Novidade aqui são as informações sobre a morte de Zumbi. Segundo o livro, para matar o líder dos Quilombos de Palmares, as guardas tiveram que mentir. Antonio Soares, chefe de uma bandeira, garantiu vida e liberdade — para Zumbi "cooperar". Zumbi confiava em Soares, e quando este lhe meteu a faca na barriga se preparava para um abraço. Seus olhos devem ter brilhado, então, de estupor e desalento. Seis guerrilheiros apenas estavam com ele naquele momento. Cinco foram mortos imediatamente pela fuzilaria que irrompeu dos matos em volta. Zumbi, sozinho, matou um e feriu vários".



No mais, é só lendo o livro. Cremos ser um excelente subsídio para a preparação do dia de Zumbi, 20 de novembro.

"Zumbi" foi publicado pela Editora Moderna: Rua Afonso Brás, 431. CEP: 04511 -São Paulo - SP.

(Fermino Luiz)

Brasil: Nunca Mais

Agosto de 1979. Estávamos num Fusca emprestado, na Via Anhanguera, a caminho de Viracopos. Paulo Freire estava voltando do exílio e íamos recebê-lo.

Como evitar que outros Paulo Freires tivessem que fugir do seu próprio país?

Era tempo de "abertura". A censura estava acabando, uma censura que impediu quase uma geração inteira de saber o que se passava nos porões da repressão entre 1964 e 1979: 15 anos!

Até então tínhamos denunciado os **éfeitos** da repressão: os seqüestros, as torturas, os desaparecimentos, as mortes, o terror institucionalizado.

Para que tais horrores não se repetissem em outras gerações, era necessário denunciar as causas e, ao mesmo tempo, preservar a memória do que ocorreu. Com a memória do que aconteceu as gerações futuras teriam um instrumento fundamental para evitar sua repetição.

Mas como conseguir isso?

O pensador francês Michel Foucault, como diz a Apresentação do livro Brasil: Nunca Mais, "já havia mostrado ser possível reconstruir boa parte da história de uma época através de processos penais arquivados no Poder Judiciário de cada país. A verdadeira personalidade do Estado ficava ali gravada, sob a forma de setenças judiciais determinando torturas, esquartejamentos em praça pública, normas de vigilância carcerária, castigos ao corpo, punição ao espírito" (página 23).

Conversa vai, conversa vem, e o Fusca se

aproximando de Viracopos.

Sabíamos que muitos presos políticos brasileiros tiveram a coragem de denunciar, perante juizes militares, as torturas que sofreram, as mortes que ocorreram, "dando nomes aos bois".

Também sabíamos que os juízes militares fizeram constar nos autos processuais essas denúncias e esses nomes.

Sabíamos, ademais, que esses processos das auditorias militares ainda não tinham sido destruídos.

E se a gente conseguisse copiar esses processos e trabalhar com eles, pelo menos uma porcentagem mínima que desse base científica ao projeto?

Se isso fosse possível teríamos então recuperado a **memória** das torturas, dos assassinatos de presos políticos, das perseguições policiais, dos julgamentos tendenciosos. E tudo a partir dos documentos oficiais da própria repressão.

E se a gente conseguisse tudo isso teríamos, então, um documento contundente com fatos irrefutáveis que denunciariam as causas da repressão e ajudaria a evitar sua repetição. Os Paulo Freires não mais teriam que fugir para o exílio.

Chegamos a Viracopos.

A alegria de ver Paulo Freire de volta à sua pátria foi como um precioso aval à maluca idéia que se consolidava.

Perdoem os leitores: vamos pular os "en-

tretantos" de seis longos e assustados anos para chegar aos "finalmentes" do Projeto BNM.

Naqueles seis anos conseguíramos xerocopiar quase o universo total dos processos políticos que passaram pelas auditorias militares em todo o país — mais de 1 milhão de páginas! Foi tudo micrifilmado (mais de 500 rolos) e depositado no Exterior, na companhia de 100 disquetes produzidos pelos computadores.

Além disso, o Projeto BNM produziu 3 resultados concretos:

- Uma biblioteca com 10.170 publicações da esquerda brasileira, todas elas copiadas dos anexos dos processos da Justiça Militar brasileira. Somente os 5 índices remissivos dessas publicações e documentos de estudo somam 1700 páginas
- 2. O "Projeto A", também chamado de "enciclopédia", com mais de 6 mil páginas. Somente as transcrições ipsissima verba de depoimentos relatando torturas somam 2.700 páginas. Ali está a relação dos 350 torturadores, com o nome pelo qual foi indicado nos autos; a patente ou posição que ocupava; o local em que torturou; o ano em que torturou; o número do processo em que seu nome aparece; e outras referências comprobatórias. Ali aparecem, também, os 283 tipos de tortura utilizados bem como os 242 locais onde os presos foram torturados.
- 3. O "Projeto B", resumo do "Projeto A", que foi lançado no dia 15 de julho em forma do livro Brasil: Nunca Mais. A estratégia de "marketing" e propaganda foi exatamente zero. Os 5 mil livros da primeira edição foram distribuídos "na moita" para as livrarias do país. Foi Veja o primeiro periódico a descobri-lo numa livraria no



centro de São Paulo, tendo feito um artigo de 3 páginas, com chamada de capa, na sua edição de 24 de julho. ISTOÉ, na sua edição de 31 de julho, já afirmava que a segunda edição, de 10 mil exemplares, já tinho sido lançada no mercado no dia 26 de julho. Ainda em julho, a Arquidiocese de São Paulo, responsável pelo Projeto BNM, assinava contrato com a maior editora do Estado Unidos (Random House), dando-lhe direitos para publicação de Brasil: Nunca Mais em todas as línguas, menos o português que permanece com a Editora Vozes.

Pedidos poderão ser feitos para a própria Editoria Vozes: Rua Frei Luís, 100. CEP 25600 - Petrópolis - RJ.

(Jaime Wright)

Assine tempo e presença

Revista Mensal

Tempo e Presença

Assinatura anual: Cr\$ 40.000

América Latina: US\$30 América do Norte: US\$ 40 Europa, África e Ásia: US\$ 4 Aconteceu

Assinatura anual: Cr\$ 20.000

América Latina: US\$50 América do Norte: US\$65 Europa África e Ásia: US\$ 75

Endereço:			
Cidade:		CEP:	Est.:
Telefone:	Profissão:		Idade:
Faça sua assi	natura através o	le cheque no	ominal para o CEDI -

INVENTAR O FOGO

Pedro Tierra

1.

Uma brisa ágil fugiu do mar. Varreu os areais, meteu-se pelos becos,

pelos cais,

bateu à porta
das oficinas
percorreu as ruas mortas,
arrepiou a contravento
a correnteza dos rios,
assobiou na corda tensa dos fios,
soprou bandeiras nos varais,
cantou cantigas de cordel,
visitou a cidade

e seus vazios,

preparou a pólvora

e o sonho,

inventou o fogo na casa da escuridão e ensinou às nossas bocas desunidas uma canção de clarear.

2.

Canto a canto os galos do povo suspenderam no azul a manhã mobilizada.

A roda se deteve sobre os trilhos nos subterrâneos da cidade.

E as mãos asperas

dos pedreiros, como passaros fatigados, mais afeitos à marcha que ao vôo baixaram

dos andaimes

despertadas.

O tijolo rejeitou a massa. Recusou a pedra, o prumo,

a esquadria, o canto geral conteve o braço e o vôo dos edifícios se estancou na ponta seca

dos aços, na claridade do dia.

O arado repousou sobre a terra, Madurou na espiga, o cereal, a foice dobrada ao pé do eito, a refletir faíscas sob o sol represou o corte

e a colheita.

A maquina cedeu num momento ao comando da mão

que governa e saltou sobre o grito dos ferros o clamor dos homens

fraternos forçando o silêncio dos tornos.

3.

Preparar a pólvora
e o sonho,
inventar o fogo
na casa da escuridão
e ensinar às nossas bocas
reunidas
uma canção de Libertar.